

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	19
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	127
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	129
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	131
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	133

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	372.696.198
Preferenciais	210.536.213
Total	583.232.411
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	51.107
Total	51.107
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	36.437.550	30.421.763
1.01	Ativo Circulante	13.853.750	9.893.205
1.01.01	Disponibilidades	444.544	119.904
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	903.318	446.337
1.01.02.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	0	25.001
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	903.318	421.336
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.019.655	665.140
1.01.04	Relações Interfinanceiras	162.045	159.622
1.01.06	Operações de Crédito	9.600.951	7.267.717
1.01.06.01	Operações com características de concessão de crédito	10.192.985	7.823.684
1.01.06.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-592.034	-555.967
1.01.08	Outros Créditos	1.594.760	1.106.510
1.01.08.01	Ativo fiscal corrente	141.582	30.022
1.01.08.03	Diversas	1.453.178	1.076.488
1.01.09	Outros Valores e Bens	128.477	127.975
1.01.09.01	Bens não de uso próprio	20.827	63.839
1.01.09.02	Despesas antecipadas	107.650	64.136
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.832.773	15.734.422
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	140.668	23.426
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	11.332.387	8.099.328
1.02.05	Operações de Crédito	2.916.929	4.597.125
1.02.05.01	Operações com características de concessão de crédito	3.013.882	4.700.514
1.02.05.02	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-96.953	-103.389
1.02.07	Outros Créditos	3.335.100	2.923.386
1.02.07.01	Ativo fiscal corrente	262.104	259.886
1.02.07.02	Ativo fiscal diferido	2.712.061	2.273.903
1.02.07.03	Diversas	360.935	389.597
1.02.08	Outros Valores e Bens	107.689	91.157
1.02.08.01	Despesas antecipadas	107.689	91.157
1.03	Ativo Permanente	4.751.027	4.794.136
1.03.01	Investimentos	4.463.342	4.544.788
1.03.01.01	Dependências no Exterior	289.181	265.031
1.03.01.02	Participações em Controladas	4.169.596	4.278.221
1.03.01.04	Outros Investimentos	4.565	1.536
1.03.02	Imobilizado de Uso	66.884	66.905
1.03.02.01	Imobilizado de uso	207.291	201.941
1.03.02.02	Depreciação acumulada	-140.407	-135.036
1.03.04	Intangível	220.801	182.443
1.03.04.01	Outros	355.527	274.096
1.03.04.02	Amortização acumulada de ativos intangíveis	-134.726	-91.653

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	36.437.550	30.421.763
2.01	Passivo Circulante	17.590.048	12.906.864
2.01.01	Depósitos	7.998.347	5.874.329
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	7.000.537	2.299.294
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	780.409	3.197.334
2.01.04	Relações Interfinanceiras	188.227	185.365
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.972	9.046
2.01.09	Outras Obrigações	1.620.556	1.341.496
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	139.943	74.421
2.01.09.02	Provisões	212.432	177.424
2.01.09.03	Obrigações fiscais	6.057	0
2.01.09.04	Diversas	1.262.124	1.089.651
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	14.924.999	13.386.673
2.02.01	Depósitos	11.550.073	9.711.771
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	539.855	616.394
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	507.267	499.767
2.02.09	Outras Obrigações	2.327.804	2.558.741
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	782	28.621
2.02.09.02	Provisões	693.201	600.870
2.02.09.03	Obrigações fiscais	73.116	61.434
2.02.09.04	Diversas	1.560.705	1.867.816
2.05	Patrimônio Líquido	3.922.503	4.128.226
2.05.01	Capital Social Realizado	3.742.571	3.742.571
2.05.02	Reservas de Capital	9.962	5.680
2.05.02.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	9.962	5.680
2.05.04	Reservas de Lucro	430.446	398.817
2.05.04.01	Legal	124.875	115.191
2.05.04.02	Estatutária	299.931	291.529
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	5.640	-7.903
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-254	-13.797
2.05.04.07.02	Outras	5.894	5.894
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-260.476	-18.842
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-260.476	-18.842

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.145.177	3.296.218	1.002.858	2.948.825
3.01.01	Operações de crédito	884.604	2.648.715	898.282	2.712.330
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	188.826	502.647	74.254	158.342
3.01.03	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	71.747	144.856	30.322	78.153
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-708.831	-1.821.267	-483.417	-1.428.877
3.02.01	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10.271	117.388	-63.437	1.448
3.02.02	Captação no mercado	-499.859	-1.331.299	-199.847	-858.841
3.02.03	Operações de empréstimos, cessões e repasses	-6.681	-13.105	-2.621	-11.626
3.02.05	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-212.562	-594.251	-217.512	-559.858
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	436.346	1.474.951	519.441	1.519.948
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-503.291	-1.441.688	-405.175	-1.205.943
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	20.159	55.690	13.310	42.037
3.04.02	Despesas de Pessoal	-70.578	-197.081	-64.809	-190.896
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-254.754	-787.035	-233.957	-691.457
3.04.04	Despesas Tributárias	-32.253	-102.822	-32.399	-97.316
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	193.780	398.024	130.117	303.354
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-418.681	-910.441	-255.488	-683.718
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	59.036	101.977	38.051	112.053
3.05	Resultado Operacional	-66.945	33.263	114.266	314.005
3.06	Resultado Não Operacional	-49	24.648	430	898
3.06.01	Receitas	158	36.631	787	1.411
3.06.02	Despesas	-207	-11.983	-357	-513
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-66.994	57.911	114.696	314.903
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	1.251	3.032	-5.435	-89.983
3.08.01	Imposto de renda	401	39	-3.114	-51.035
3.08.02	Contribuição social	850	2.993	-2.321	-38.948
3.09	IR Diferido	135.281	198.318	-1.982	74.553

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-27.152	-65.586	-10.672	-46.672
3.10.01	Participações	-27.152	-65.586	-10.672	-46.672
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	42.386	193.675	96.607	252.801
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,073	0,3314	0,1643	0,43

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	42.386	193.675	96.607	252.801
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-130.320	-241.634	-50.948	-53.093
4.02.01	Títulos disponíveis para venda – Próprios	-230.390	-513.395	-102.440	-96.611
4.02.02	Títulos disponíveis para venda – De Controladas	9	3	-51	-57
4.02.04	Efeitos tributários - títulos disponíveis para venda	109.568	244.158	46.097	43.463
4.02.05	Hedge de fluxo de caixa	-18.128	52.629	9.901	167
4.02.06	Efeitos tributários - hedge de fluxo de caixa	8.621	-25.029	-4.455	-55
4.03	Resultado Abrangente do Período	-87.934	-47.959	45.659	199.708

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	418.476	2.024.739
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	761.351	571.212
6.01.01.01	Lucro líquido do período	193.675	252.801
6.01.01.02	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	6.687	2.670
6.01.01.03	Depreciações	10.553	22.130
6.01.01.04	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	594.251	559.858
6.01.01.05	Amortizações	23.627	17.200
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-198.318	-74.553
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-101.977	-112.053
6.01.01.08	Ajuste de marcação a mercado hedge de fluxo de caixa	27.600	112
6.01.01.09	Resultado na Alienação de Bens não destinados a Uso	5.793	0
6.01.01.10	Variação cambial de captações	-4.172	-271.367
6.01.01.11	Amortização de ágio	96.229	108.781
6.01.01.12	Provisão para contingências	92.271	17.704
6.01.01.13	Efeito das mudanças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	3.388	47.929
6.01.01.14	Amortizações de outros ativos intangíveis	43.073	0
6.01.01.15	Resultado não operacional de equivalencia patrimonial	-30.871	0
6.01.01.16	Variação cambial de obrigações por empréstimos e repasses	-458	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-342.875	1.453.527
6.01.02.01	Redução (Aumento) em depósitos interfinanceiros	-599.224	-255.955
6.01.02.02	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	-3.829.208	-4.136.625
6.01.02.03	(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	-2.423	-62.961
6.01.02.04	(Aumento) em operações de crédito	-1.247.289	-1.808.405
6.01.02.05	(Aumento) em outros créditos	-696.663	-93.762
6.01.02.06	(Aumento) em outros valores e bens	-22.827	-49.720
6.01.02.07	Aumento em depósitos	3.962.320	3.068.831
6.01.02.08	Aumento em captações mercado aberto	4.701.243	1.692.146
6.01.02.09	(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissões de títulos	-2.489.292	2.413.446
6.01.02.10	(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	884	-4.153
6.01.02.11	Aumento em relações interfinanceiras	2.862	4.364
6.01.02.12	Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	10.083	-44.596
6.01.02.13	(Redução) Aumento em provisões, obrigações fiscais diferidas e outras obrigações	-128.340	745.039
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.001	-14.122
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	537	-1.595.445
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-18.567	-23.578
6.02.02	Alienação de imobilizado de uso	8.035	8.074
6.02.03	Aumento de capital em controlada – do ramo não financeiro	0	-1.500.000
6.02.04	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	-7.500	-15.000
6.02.05	Aquisição de intangível	-81.431	-64.941
6.02.06	Redução de capital em controlada – do ramo não financeiro	100.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-90.212	-130.584
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-25.774	-107.197
6.03.04	Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	0	-899.763
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.388	-47.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	299.639	-756.179
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	144.905	883.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	444.544	127.513

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	5.680	0	398.817	0	-18.842	4.128.226
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	193.675	0	193.675
5.05	Destinações	0	4.282	0	57.403	-193.675	0	-131.990
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-138.677	0	0	-138.677
5.05.03	Outras Destinações	0	4.282	0	196.080	-193.675	0	6.687
5.05.03.01	Planos de pagamento baseado em ações	0	4.282	0	2.405	0	0	6.687
5.05.03.02	Ações em tesouraria canceladas - Reserva Estatutária	0	0	0	-36.912	0	0	-36.912
5.05.03.03	Ações em tesouraria canceladas - Ações em Tesouraria	0	0	0	36.912	0	0	36.912
5.05.03.04	Constituição de reservas	0	0	0	193.675	-193.675	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-241.634	-241.634
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-241.634	-241.634
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-25.774	0	0	-25.774
5.13	Saldo Final	3.742.571	9.962	0	430.446	0	-260.476	3.922.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	3.742.571	0	0	287.558	0	-1.849	4.028.280
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	252.801	0	252.801
5.05	Destinações	0	0	0	192.761	-252.801	0	-60.040
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.040	0	0	-60.040
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	252.801	-252.801	0	0
5.05.03.01	Constituição de Reservas de lucros	0	0	0	252.801	-252.801	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	-1.685	0	0	-1.685
5.06.01	Utilização de Reservas	0	0	0	-1.685	0	0	-1.685
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-53.093	-53.093
5.07.04	Variação em outros resultados abrangentes	0	0	0	0	0	-53.093	-53.093
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.670	0	0	0	0	2.670
5.09.01	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	2.670	0	0	0	0	2.670
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-107.197	0	0	-107.197
5.13	Saldo Final	3.742.571	2.670	0	371.437	0	-54.942	4.061.736

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	3.192.312	2.735.769
7.01.01	Intermediação Financeira	3.151.362	2.870.672
7.01.02	Prestação de Serviços	55.690	42.037
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-594.251	-559.858
7.01.04	Outras	579.511	382.918
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	144.856	78.153
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	398.024	303.354
7.01.04.03	Não operacionais	36.631	1.411
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.149.440	-1.553.250
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-600.051	-532.295
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-50.227	-65.088
7.03.02	Serviços de Terceiros	-91.561	-88.948
7.03.04	Outros	-458.263	-378.259
7.03.04.01	Comunicação	-35.766	-25.519
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-103.781	-93.683
7.03.04.03	Processamento de dados	-109.288	-71.272
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-191.238	-166.099
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-14.241	-17.480
7.03.04.06	Transporte	-3.949	-4.206
7.04	Valor Adicionado Bruto	442.821	650.224
7.05	Retenções	-173.482	-148.111
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-173.482	-148.111
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	269.339	502.113
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.977	112.053
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.977	112.053
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	371.316	614.166
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	371.316	614.166
7.09.01	Pessoal	262.667	237.568
7.09.01.01	Remuneração Direta	182.133	162.784
7.09.01.02	Benefícios	34.540	33.803
7.09.01.03	F.G.T.S.	45.994	13.039
7.09.01.04	Outros	0	27.942
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-98.528	112.746
7.09.02.01	Federais	-101.992	109.358
7.09.02.02	Estaduais	187	159
7.09.02.03	Municipais	3.277	3.229
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.502	11.051
7.09.03.01	Aluguéis	13.502	11.051
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	193.675	252.801
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	193.675	252.801

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	33.436.606	28.166.559
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	514.207	138.145
1.01.01	Disponibilidades	514.207	138.145
1.02	Ativos Financeiros	27.127.937	22.886.271
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	2.353.754	375.049
1.02.01.03	Instrumentos financeiros derivativos	381.973	324.517
1.02.01.05	Títulos e Valores Mobiliários	1.971.781	50.532
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.019.874	8.437.378
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	10.019.874	8.437.378
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	14.754.309	14.073.844
1.02.03.01	Aplicação em depósitos interfinanceiros	0	25.001
1.02.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.473	3.313
1.02.03.03	Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	141.156	154.227
1.02.03.04	Operações de crédito	15.091.420	14.092.783
1.02.03.05	Devedores diversos	803.594	957.125
1.02.03.06	Provisão para perdas por não recuperação (Impairment)	-1.430.904	-1.287.585
1.02.03.07	Depósitos compulsórios no Banco Central	127.213	103.774
1.02.03.08	Aplicação em depósitos interfinanceiros	19.357	25.206
1.03	Tributos Diferidos	3.217.333	2.656.856
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.736.166	2.286.754
1.03.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	62.365	58.186
1.03.03	Outros impostos e contribuições a recuperar	418.802	311.916
1.04	Outros Ativos	1.215.992	1.176.880
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	20.794	63.840
1.04.03	Outros	828.299	720.510
1.04.05	Depósitos judiciais	366.899	392.530
1.05	Investimentos	47.982	600
1.05.04	Outros Investimentos	47.982	600
1.06	Imobilizado	84.497	92.106
1.06.01	Imobilizado de Uso	84.497	92.106
1.07	Intangível	1.228.658	1.215.701
1.07.01	Intangíveis	1.228.658	1.215.701

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	33.436.606	28.166.559
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	140.725	109.042
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	140.725	103.042
2.01.02	Outros passivos financeiros	0	6.000
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	27.177.407	21.527.471
2.03.01	Depósitos de clientes	16.370.407	12.392.917
2.03.02	Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.598.310	1.904.124
2.03.03	Obrigações por empréstimos e repasses	509.239	768.781
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	893.688	3.401.239
2.03.05	Letras financeiras subordinadas	129.225	133.014
2.03.06	Operações compromissadas	7.000.537	2.299.294
2.03.07	Outros passivos financeiros	676.001	628.102
2.04	Provisões	715.081	619.515
2.05	Passivos Fiscais	92.919	83.452
2.05.01	Imposto de renda e contribuição social a recolher	44.597	22.250
2.05.02	Outros impostos e contribuições a recolher	48.322	61.202
2.06	Outros Passivos	1.379.350	1.674.651
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	3.931.124	4.152.428
2.08.01	Capital Social Realizado	3.742.572	3.742.572
2.08.02	Reservas de Capital	9.962	5.680
2.08.02.06	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	9.962	5.680
2.08.04	Reservas de Lucros	524.774	493.146
2.08.04.01	Reserva Legal	519.134	501.049
2.08.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	5.894	5.894
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-254	-13.797
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-133.031	-110.596
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-234.028	7.606
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	20.875	14.020

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.104.349	3.239.795	1.029.202	2.953.282
3.01.01	Receita de juros e rendimentos similares	1.104.349	3.239.795	1.029.202	2.953.282
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-434.914	-1.230.886	-177.120	-717.591
3.02.01	Despesa de juros e similares	-434.914	-1.230.886	-177.120	-717.591
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	669.435	2.008.909	852.082	2.235.691
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-761.066	-2.014.001	-736.157	-1.945.820
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	25.067	69.557	-21.804	73.937
3.04.02	Despesas de Pessoal	-87.658	-316.479	-106.296	-328.411
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-275.026	-737.890	-217.389	-658.475
3.04.04	Despesas Tributárias	-36.954	-117.690	-33.424	-116.540
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	114.382	320.014	-32.101	82.106
3.04.05.01	Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	10.271	117.388	-63.437	1.448
3.04.05.02	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	74.282	150.476	30.842	79.566
3.04.05.03	Outras resultados não operacionais	29.829	52.150	494	1.092
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-499.834	-1.250.204	-325.699	-998.993
3.04.06.01	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	-279.515	-762.820	-255.434	-688.581
3.04.06.02	Outras receitas (despesas) operacionais	-220.319	-487.384	-70.265	-310.412
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-1.043	18.691	556	556
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-91.631	-5.092	115.925	289.871
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	119.962	176.567	-22.584	-40.544
3.06.01	Corrente	-29.112	-51.697	-3.381	-28.795
3.06.02	Diferido	149.074	228.264	-19.203	-11.749
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.331	171.475	93.341	249.327
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	28.331	171.475	93.341	249.327
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.597	171.239	95.055	252.302
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-266	236	-1.714	-2.975
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,198	1,172	0,624	1,716

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,099	0,586	0,323	0,858
3.99.01.01	ON	0,0494	0,293	0,1617	0,4292
3.99.01.02	PN	0,0494	0,293	0,1617	0,4292
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,099	0,586	0,301	0,858
3.99.02.01	ON	0,0494	0,293	0,1503	0,4292
3.99.02.02	PN	0,0494	0,293	0,1503	0,4292

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	28.331	171.475	93.341	249.327
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-130.320	-241.634	-70.755	-53.093
4.02.01	Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	-230.381	-513.392	-102.496	-96.668
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-18.128	52.629	-9.901	167
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes do período	109.568	244.158	46.097	43.463
4.02.04	Imposto e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	8.621	-25.029	-4.455	-55
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-101.989	-70.159	42.394	196.234
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-101.723	-70.395	44.108	199.209
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-266	236	-1.714	-2.975

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	829.980	561.741
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	873.029	776.627
6.01.01.01	Lucro líquido do período atribuível aos controladores	171.239	252.302
6.01.01.02	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	6.687	2.670
6.01.01.03	Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	762.820	688.581
6.01.01.04	Resultado de participações em coligadas e controladas	-18.691	-556
6.01.01.05	Depreciações	13.268	25.502
6.01.01.06	Amortizações	41.915	16.593
6.01.01.07	Ajuste de marcação a mercado Hedge de fluxo de caixa	27.600	112
6.01.01.08	Variação cambial de títulos e valores mobiliários	-458	0
6.01.01.09	Variação cambial de captações	-4.172	-271.367
6.01.01.11	Provisões para contingências	95.566	3.082
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-228.264	11.749
6.01.01.13	Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	3.394	47.959
6.01.01.14	Amortizações de outros ativos intangíveis	27.261	0
6.01.01.15	Resultado não operacional de equivalência patrimonial	-30.871	0
6.01.01.16	Resultado na alienação de bens não destinados a uso	5.735	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.049	-214.886
6.01.02.01	(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	-23.439	-41.707
6.01.02.02	(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-1.921.250	-283.209
6.01.02.03	(Aumento) em valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM	-1.851.272	-3.874.405
6.01.02.04	(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-1.444.847	-2.128.633
6.01.02.05	(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	-111.064	-6.441
6.01.02.06	(Aumento) em impostos e contribuições diferidos	-221.149	-42.377
6.01.02.07	Redução (Aumento) em ativos não correntes destinados à venda	36.607	-15.920
6.01.02.08	(Aumento) em outros ativos	-90.500	-48.730
6.01.02.09	Redução (Aumento) em depósitos judiciais	25.631	-30.766
6.01.02.10	(Redução) Aumento em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-25.773	1.490.259
6.01.02.11	Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado	5.918.308	3.532.413
6.01.02.12	Aumento em imposto de renda e contribuição social corrente	38.110	65.566
6.01.02.13	(Redução) Aumento em outros passivos e provisões	-343.768	1.202.016
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-28.643	-32.952
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.194	-87.728
6.02.01	Aquisição de intangível	-81.431	-73.215
6.02.02	Aquisições de imobilizado de uso	-22.432	-23.870
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso	16.773	9.357
6.02.04	Aquisição de ações ou quotas em coligada	-15.104	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-373.331	-1.138.011
6.03.01	Juros sobre capital próprio pagos	-90.212	-130.584
6.03.02	Liquidação de empréstimos no exterior	-264.199	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.03	Aumento (Redução) em participação de acionistas não controladores	6.854	-467
6.03.04	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-25.774	-107.197
6.03.05	Liquidação e pagamentos de principal e juros de dívidas subordinadas	0	-899.763
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.394	-47.959
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	351.061	-711.957
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	163.146	903.029
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	514.207	191.072

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	-8.117	506.943	-110.596	7.606	4.138.408	14.020	4.152.428
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.825	-175.589	0	0	-157.764	6.619	-151.145
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-25.774	0	0	0	-25.774	0	-25.774
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-138.677	0	0	-138.677	0	-138.677
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	36.912	-36.912	0	0	0	0	0
5.04.09	Movimentação da participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	6.619	6.619
5.04.10	Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	0	6.687	0	0	0	6.687	0	6.687
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.239	-241.634	-70.395	236	-70.159
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.239	0	171.239	236	171.475
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-241.634	-241.634	0	-241.634
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-241.634	-241.634	0	-241.634
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	193.674	-193.674	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	193.674	-193.674	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.742.572	9.708	525.028	-133.031	-234.028	3.910.249	20.875	3.931.124

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.742.572	0	605.931	-319.273	24.599	4.053.829	15.519	4.069.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.127	-93.400	-60.040	0	-164.567	0	-164.567
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.670	0	0	0	2.670	0	2.670
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-107.197	0	0	0	-107.197	0	-107.197
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-60.040	0	-60.040	0	-60.040
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	93.400	-93.400	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	252.302	-53.093	199.209	-2.975	196.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	252.302	0	252.302	-2.975	249.327
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.093	-53.093	0	-53.093
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-53.093	-53.093	0	-53.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.685	0	0	-1.685	2.508	823
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	2.508	2.508
5.06.04	Utilização de Reservas	0	0	-1.685	0	0	-1.685	0	-1.685
5.07	Saldos Finais	3.742.572	-11.127	510.846	-127.011	-28.494	4.086.786	15.052	4.101.838

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	3.076.174	2.596.540
7.01.01	Intermediação Financeira	3.357.183	2.954.730
7.01.02	Prestação de Serviços	69.557	73.937
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-762.820	-688.581
7.01.04	Outras	412.254	256.454
7.01.04.01	Recuperação de crédito baixado para prejuízo	150.476	79.566
7.01.04.02	Outras receitas operacionais	195.212	175.796
7.01.04.03	Não operacionais	66.566	1.092
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.927.898	-1.203.799
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-630.140	-595.181
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-47.594	-75.117
7.03.02	Serviços de Terceiros	-97.645	-104.598
7.03.04	Outros	-484.901	-415.466
7.03.04.01	Comunicação	-37.728	-30.724
7.03.04.02	Propaganda, promoções e publicidade	-107.676	-100.023
7.03.04.03	Processamento de dados	-113.741	-76.379
7.03.04.04	Serviços técnicos especializados	-206.763	-184.633
7.03.04.05	Taxas e emolumentos bancários	-14.423	-17.632
7.03.04.06	Transporte	-4.570	-6.075
7.04	Valor Adicionado Bruto	518.136	797.560
7.05	Retenções	-82.444	-42.095
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.444	-42.095
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.692	755.465
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.691	556
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.691	556
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	454.383	756.021
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	454.383	756.021
7.09.01	Pessoal	316.477	328.411
7.09.01.01	Remuneração Direta	147.104	174.117
7.09.01.02	Benefícios	112.952	102.370
7.09.01.03	F.G.T.S.	56.421	51.924
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-58.875	157.084
7.09.02.01	Federais	-65.442	148.896
7.09.02.02	Estaduais	338	1.628
7.09.02.03	Municipais	6.229	6.560
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.306	21.199
7.09.03.01	Aluguéis	25.306	21.199
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.475	249.327
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.239	252.302
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	236	-2.975



Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras Intermediárias em IFRS do período findo em 30 de setembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

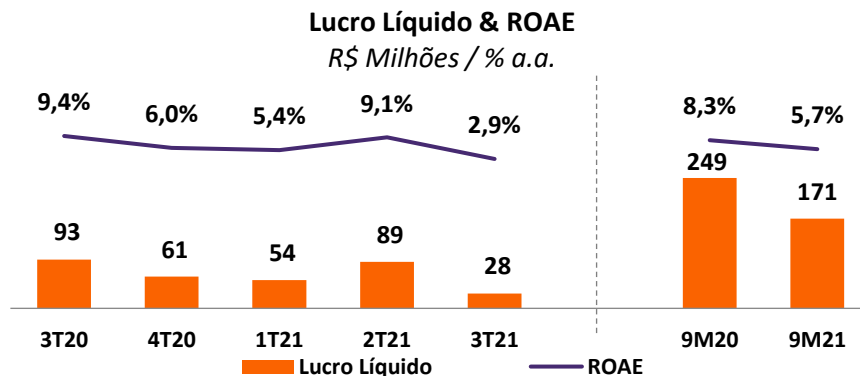
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

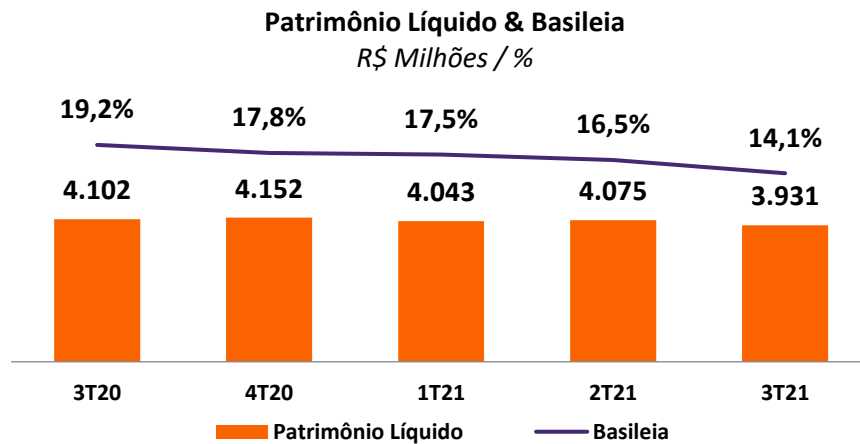
O Lucro líquido nos primeiros nove meses de 2021 foi de R\$ 171 milhões, comparado a R\$ 249 milhões em igual período de 2020, redução de 31,2%. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 5,7% ao ano nos primeiros nove meses de 2021.



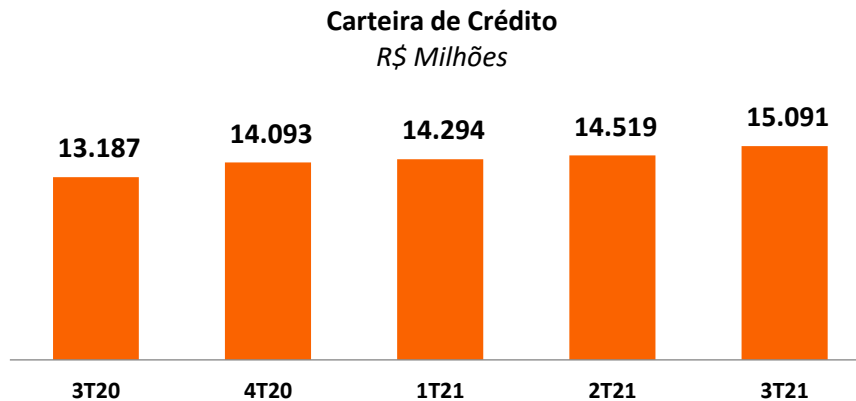
O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de setembro de 2021 atingiu o valor de R\$ 3.931 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 14,1%.



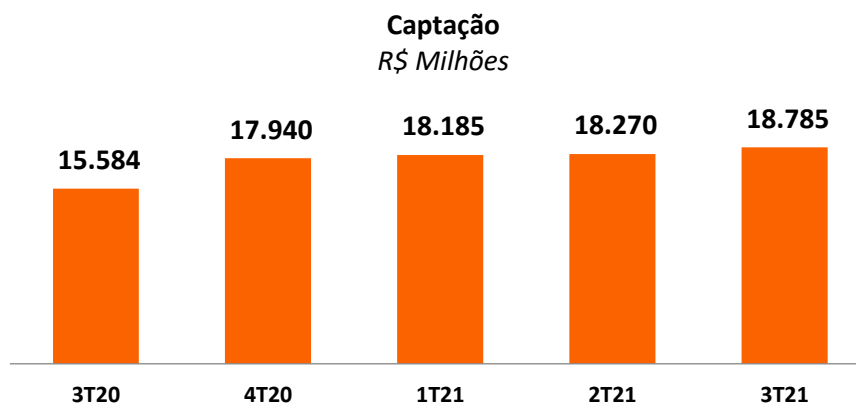
Comentário do Desempenho



A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de setembro de 2021 com saldo de R\$15.091 milhões, representando um aumento de 14,4% em comparação ao mesmo período de 2020.



A captação total consolidada encerrou o 30 de setembro de 2021 com saldo de R\$18.785 milhões, representando um aumento de 20,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 86,0% do *funding*. No terceiro trimestre, concluímos com sucesso a nossa primeira emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de R\$ 300 milhões com prazo de 24 meses e 10 dias e remuneração de CDI + 1,80% a.a., equivalente a remuneração piso do range estipulado para a emissão.



Em novembro de 2020 o Banco e o Banco Inter divulgaram uma parceria, na qual tanto o Banco quanto o Banco Inter passaram a deter cada um 45% de participação na Granito, enquanto os sócios fundadores da Granito detêm os 10% restantes. A operação foi concluída no dia 05 de março de 2021, gerando um ganho de R\$ 18 milhões, líquido de impostos. Tal ganho não foi considerado no resultado recorrente do período.



Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Com uma gestão experiente e profissionalizada, o Banco optou voluntariamente por práticas de governança corporativa de alto nível, contando com um Conselho de Administração com três membros independentes e composto 50% por mulheres, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à administração com a presença da alta administração, processos de *Compliance* e Controles Internos devidamente estruturados, Código de Ética, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLDFT), estrutura de Comitê de Auditoria composto exclusivamente de membros independentes, uma área de Relações com Investidores estratégica e atuante, dentre outras iniciativas.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta. Em 15 de maio de 2020 foi instalado o Conselho Fiscal, de caráter não permanente, pela Assembleia Geral Ordinária. O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no período findo em 30 de setembro de 2021, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 11 de novembro de 2021.



Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

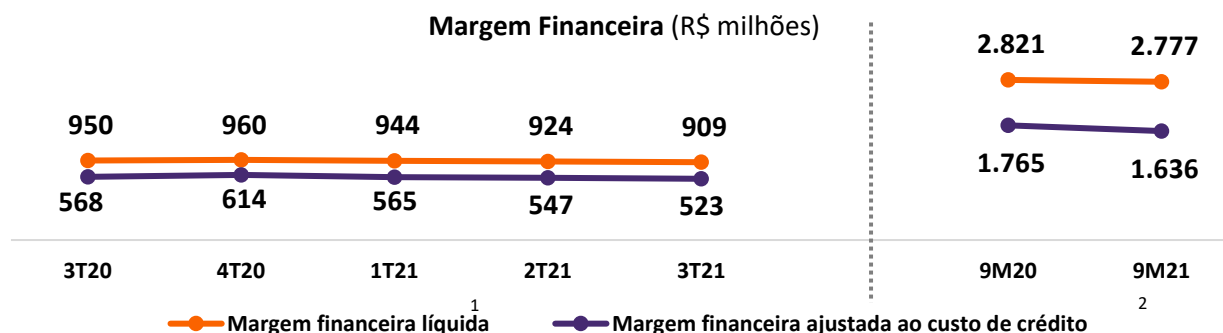
Somos um banco completo! Nosso compromisso está centrado nas pessoas e em suas necessidades, por isso, seguimos construindo um banco moderno, ágil, tecnológico e, acima de tudo, humano.

Somos FIGITAL, atuamos de forma complementar em canais físicos e digitais unindo a tecnologia do mundo digital com a sensibilidade humana do mundo físico. Assim, nos aproximamos tanto de clientes mais tradicionais, movidos pelo relacionamento olho no olho, quanto de clientes mais abertos a inovações e mudanças.

Tudo isso tem impactado positivamente em nosso portfólio de produtos ao longo dos anos. Saímos de um segmento de nicho para atender as necessidades de milhões de brasileiros e empresas por meio da ampliação do nosso portfólio de produtos e serviços. Em nossas principais verticais de atuação temos: Varejo PF, Varejo PJ, Atacado e Gestão de Recursos. Isso nos permite seguirmos firmes em nossa missão de popularizar os serviços financeiros no Brasil.

Desempenho Financeiro

A margem financeira totalizou R\$ 2.777 milhões nos primeiros nove meses 2021, representando uma redução de 1,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já a margem financeira ajustada ao custo do crédito (despesas de provisão e de comissão) totalizou R\$ 1.636 milhões nos primeiros nove meses de 2021, representando uma redução de 11,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.



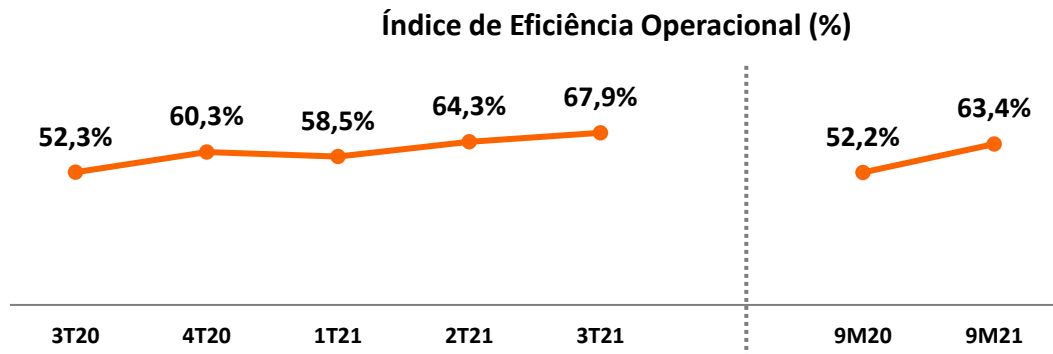
1 - Margem financeira de juros + receitas de prestação de serviços.

2 - Margem financeira de juros após despesa de provisão líquida de recuperação e despesas de comissões de agentes + receitas de prestação de serviços. Com base no resultado recorrente.

Nos primeiros nove meses de 2021, o índice de eficiência foi de 63,4%, aumento de 11,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2020. Como parte do processo de modernização para transformação do Banco e implantação da estratégia FIGITAL, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e em novos produtos. Com isso, o Banco oxigenou seu quadro de colaboradores e investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.



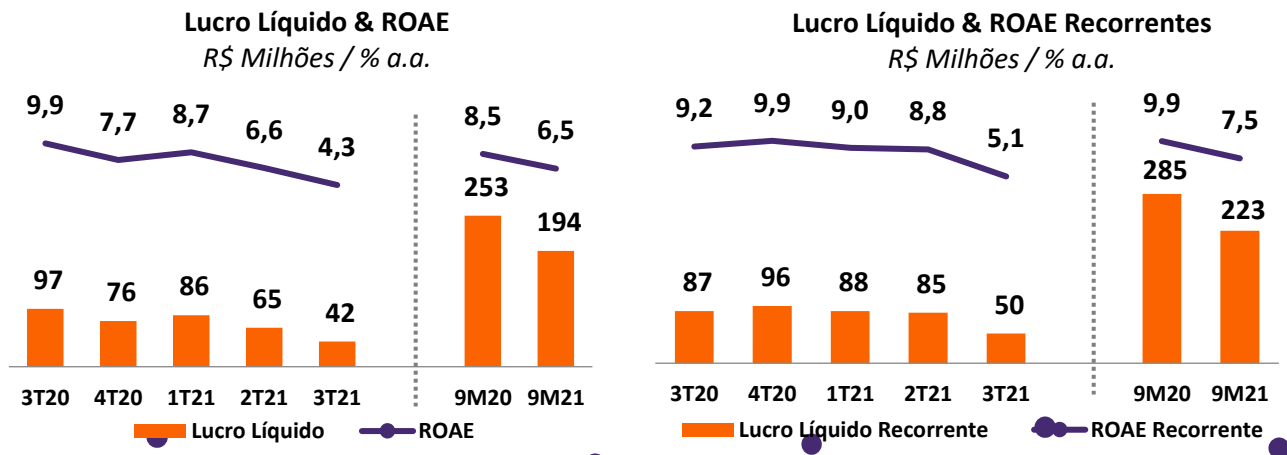
Comentário do Desempenho



Metodologia de cálculo: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas (não considera amortização do ágio) + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Resultado da Intermediação financeira antes da PDD + Receitas de Prestação de Serviços + Despesas Tributárias)

O Lucro Líquido nos primeiros nove meses de 2021 foi de R\$194 milhões, comparado a R\$253 milhões em igual período de 2020, redução de 23,4%. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 6,5% ao ano nos primeiros nove meses de 2021.

Excluindo os efeitos da amortização do ágio e outros efeitos detalhados na nota explicativa 28 (c), o Lucro Líquido Recorrente nos primeiros nove meses de 2021 foi de R\$223 milhões, comparado a R\$ 285 milhões em igual período de 2020, redução de 21,7%. O Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio Recorrente (ROAE Recorrente) atingiu 7,5% ao ano nos primeiros nove meses de 2021. O ágio referente a aquisição de instituições financeiras encerrou sua amortização em agosto de 2021.



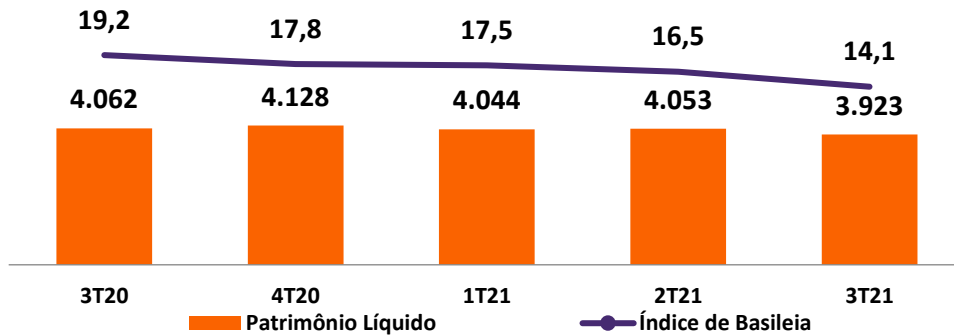
O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de setembro de 2021 atingiu o valor de R\$ 3.923 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 14,1%. O Bmg tem como estratégia maximizar o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), tendo em vista o seu benefício fiscal. A provisão de JCP nos primeiros nove meses de 2021 foi de R\$ 139 milhões.

Comentário do Desempenho



Patrimônio Líquido & Índice de Basileia

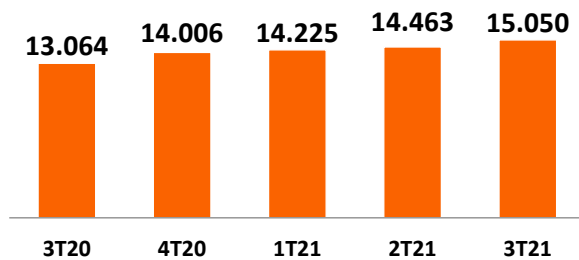
R\$ Milhões / %



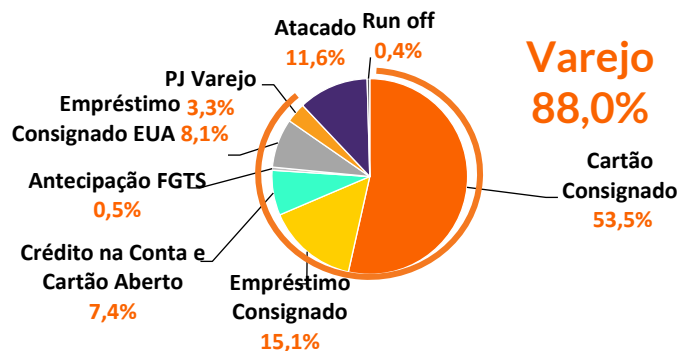
A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou 30 de setembro de 2021 com saldo de R\$15.050 milhões, representando um aumento de 15,2% em comparação ao mesmo período de 2020. Em linha com a estratégia do Banco, a carteira de varejo apresentou crescimento de 17,4% nos últimos doze meses e já representa 88,0% da carteira total.

Carteira de Crédito

R\$ Milhões



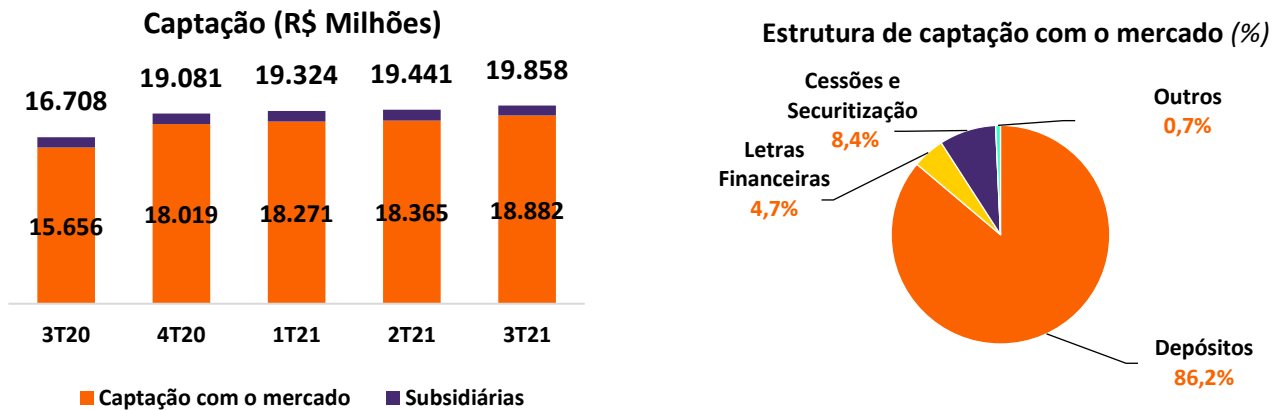
Distribuição da Carteira (%)



A captação total consolidada encerrou o 30 de setembro de 2021 com saldo de R\$19.858 milhões, representando um aumento de 18,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando apenas a captação com o mercado (não inclui depósitos e letras oriundos das subsidiárias), a captação encerrou 30 de setembro de 2021 com saldo de R\$18.882 milhões, representando um aumento de 20,6% em comparação a igual período de 2020. No terceiro trimestre, concluímos com sucesso a nossa primeira emissão de Letras Financeiras Públicas no montante de R\$ 300 milhões com prazo de 24 meses e 10 dias e remuneração de CDI + 1,80% a.a., equivalente a remuneração piso do range estipulado para a emissão.



Comentário do Desempenho



Em 30 de setembro de 2021, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$1.203 milhões. Em novembro de 2020, o Banco e o Banco Inter divulgaram uma parceria, na qual tanto o Banco quanto o Banco Inter passaram a deter cada um 45% de participação na Granito, enquanto os sócios fundadores da Granito detêm os 10% restantes. A operação foi concluída no dia 05 de março de 2021, gerando um ganho de R\$ 18 milhões, líquido de impostos. Tal ganho não foi considerado no resultado recorrente do período.

Governança Corporativa

Com uma gestão experiente e profissionalizada, o Banco optou voluntariamente por práticas de governança corporativa de alto nível, contando com um Conselho de Administração com três membros independentes e composto 50% por mulheres, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à administração com a presença da alta administração, processos de *Compliance* e Controles Internos devidamente estruturados, Código de Ética, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLDFT), estrutura de Comitê de Auditoria composto exclusivamente de membros independentes, uma área de Relações com Investidores estratégica e atuante, dentre outras iniciativas.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

Em 15 de maio de 2020 foi instalado o Conselho Fiscal, de caráter não permanente, pela Assembleia Geral Ordinária.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Regulação

BACEN Circular nº 3.068/01 – No encerramento do trimestre, o Bmg não possuía títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 381, no exercício social findo em 30 de setembro de 2021, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.



Comentário do Desempenho

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Notas Explicativas



Informações trimestrais individuais e consolidadas em Bacen GAAP em 30 de setembro de 2021 e Relatório sobre as demonstrações financeira

Os quadros das Informações trimestrais Individuais, são apresentados com base nas informações do Banco BMG (individual)

Notas Explicativas



1. Contexto operacional

As operações do Banco BMG S.A. ("BMG" ou "Banco") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro BMG. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Banco BMG S.A. ("BMG" ou "Banco"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Guimarães está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil., possui atualmente 5,9 milhões de clientes, oferecendo ao varejo: cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito pessoal e seguros massificados via parceria. Adicionalmente, oferece aos clientes de varejo uma gama completa de produtos e serviços em seu banco digital. Aos clientes de atacado oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados, instrumentos derivativos e seguro garantia. Adicionalmente, o BMG disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos.

Conforme Resolução BCB nº 2/20 as demonstrações financeiras intermediárias incluem as demonstrações financeiras intermediárias individuais, bem com as demonstrações consolidadas do grupo de empresas integrantes do conglomerado financeiro, Banco BMG S.A., a subsidiária no exterior BMG Bank (Cayman) Ltd., e as controladas do ramo financeiro, BMG Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Banco Cifra S.A., Cifra Financeira S.A., e Banco BCV S.A. (nota 2.2 t).

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Banco BMG observa o disposto na Resolução CMN 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, passando a apresentar o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 11/11/2021.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Conglomerado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 (R1) - Mensuração do Valor Justo.

Notas Explicativas



Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 41 (R1) – Resultado por Ação.

Alguns números inclusos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco BMG e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior, (Nota 11) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes. Adicionalmente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o Conglomerado divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes, evidenciando a natureza e os efeitos apurados no período (Vide nota 28 (c)), considera-se resultados não recorrentes aqueles não relacionados ou relacionados ocasionalmente com as atividades da instituição e que não tenham previsão de frequência futura.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros; podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Variação do ajuste a valor de mercado”, até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação, na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Notas Explicativas



(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas, quando aplicável.

A administração determina diretrizes para a classificação de títulos e valores mobiliários entre as categorias dispostas na Circular BACEN nº 3.068/01. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação. O Banco não realizou transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais no período findo em 30 de setembro de 2021.

(iv) A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nesses casos, também os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de *hedge*): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de *hedge* de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

De acordo com a Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013, o BMG possui procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade, incluindo, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

(g) Operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, conforme determina o artigo 9º da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Conforme definido no Cosif, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar, que são apropriadas de forma “pro-rata” ao resultado do período.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1 de março e 30 de setembro de 2020 em função da pandemia da Covid 19 (Vide nota 28) para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

Notas Explicativas



(h) Cessão de crédito

A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos em que existe retenção substancial dos riscos e benefícios pelo BMG permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

(i) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(j) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(k) Investimentos

Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 11) nas demonstrações individuais. Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes.

(l) Imobilizado de uso

Conforme previsto na Resolução nº 4.535, de 24/11/2016, do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Conglomerado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(m) Intangível

São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio* ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Notas Explicativas



i. Ágio

O ágio é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras intermediárias individuais. Para as investidas que são consolidadas o ágio é classificado em "Ativos Intangíveis". Já o ágio originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 13), como requerem as normas do Banco Central do Brasil, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(n) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Perdas são reconhecidas no resultado do período e caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(o) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda e 15% para a contribuição social até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020 de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 20% a partir de janeiro 2022.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(q) Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$5,4394 (em 31/12/2020 – US\$ 1,00 = R\$5,1967).

(r) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas;

Notas Explicativas



Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 18).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias (vide Nota 18).

(s) Plano de remuneração - Administradores

O Banco possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos do Banco e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Conglomerado BMG, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo BMG designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (em conjunto, “Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que comporá suas respectivas remunerações variáveis.

Cabendo ressaltar que, durante o exercício de 2020, o Banco observou o disposto na Resolução CMN nº 4.820/20.

(t) Princípios de consolidação - Conglomerado Financeiro

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do consolidado do Conglomerado Financeiro, contidas no COSIF (capítulo 1 – itens 21.1 e 21.2). Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas estão apresentados na nota de “Intangível” Nota 13.

As demonstrações financeiras intermediárias da empresa sediada no exterior, BMG Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda funcional é o real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

Notas Explicativas



(u) Consolidação

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, segue de forma resumida a composição do balanço patrimonial dos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 das empresas que compõem o conglomerado financeiro:

Ativo	Banco BMG	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	Cifra FI	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
								2021	2020
Disponibilidades	444.544	376	56.095	428	6.214	2.769	3.084	507.342	135.846
Aplicações interfinanceiras de liquidez									25.001
Instrumentos Financeiros	25.913.908	870.325	1.142.380	630.319	1.051.466	9.360	3.548.055	26.069.703	21.610.539
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.043.986	870.325		630.319	1.013.422	9.360	3.548.055	19.357	25.206
Títulos e valores mobiliários e derivativos	12.352.042				25.823			12.377.865	8.792.017
Operações de crédito	12.517.880		1.142.380		12.221			13.672.481	12.793.316
Relações interfinanceiras	162.045			8	207			162.260	159.852
Outros créditos	4.929.860	36.448	116.187	160.324	265.110	2.150	29.314	5.480.765	4.489.967
Outros valores e bens	236.166	115			99			236.380	219.410
Permanente	4.751.027						3.260.108	1.490.919	1.593.134
Total do Ativo	36.437.550	907.264	1.314.662	791.079	1.323.096	14.279	6.840.561	33.947.369	28.233.749
Passivo e patrimônio líquido	Banco BMG	Leasing	Cayman	Banco Cifra	Banco BCV	Cifra FI	Eliminações	Conglomerado Financeiro	
								2021	2020
Depósitos e demais instrumentos financeiros	28.519.185		1.025.328				3.551.252	25.993.261	20.128.899
Depósitos	19.548.420		1.025.328				3.551.252	17.022.496	13.144.054
Captações no mercado aberto	7.000.537							7.000.537	2.299.294
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.320.264							1.320.264	3.813.728
Obrigações por empréstimos e repasses	509.239							509.239	768.781
Instrumentos financeiros derivativos	140.725							140.725	103.042
Relações interfinanceiras	188.227			55	20			188.302	185.441
Provisões	905.633	14.733	153	68	47	25		920.659	791.131
Obrigações fiscais	79.173	9.601		6.290	10.439	29	1	105.531	77.264
Outras obrigações	2.822.829	6.592		3.845	12.832	129	29.201	2.817.026	2.922.702
Patrimônio Líquido administrado pela controladora	3.922.503	876.338	289.181	780.821	1.299.758	14.096	3.260.107	3.922.590	4.128.312
Participação de acionistas não controladores								87	86
Patrimônio Líquido	3.922.503	876.338	289.181	780.821	1.299.758	14.096	3.260.194	3.922.503	4.128.226
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	36.437.550	907.264	1.314.662	791.079	1.323.096	14.279	6.840.561	33.947.369	28.233.749

Notas Explicativas



3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização

a) Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização

Conforme Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requerimentos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	2021	2020
Patrimônio de referência nível I	2.642.702	3.130.261
Capital Principal	2.533.380	3.016.583
– Patrimônio líquido (1)	4.111.361	4.242.045
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.577.981)	(1.225.462)
Capital complementar (2)	109.322	113.678
– Letras financeiras subordinadas	109.322	113.678
Patrimônio de referência nível II (2)	19.903	19.336
– Letras financeiras subordinadas	19.903	19.336
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	2.662.605	3.149.597
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	18.928.255	17.736.121
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	17.537.237	16.903.395
– Risco de mercado	291.911	9.371
– Risco operacional	1.099.107	823.355
Índice de solvabilidade (a / b)	14,07%	17,76%
Capital nível I	13,96%	17,65%
– Capital principal	13,38%	17,01%
– Capital complementar	0,58%	0,64%
Capital nível II	0,11%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela “IRRBB”	278.752	97.133
Índice de imobilização	49,03%	43,49%
Folga de imobilização	25.800	205.093

(1) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013; e

(2) Os instrumentos elegíveis a capital, Capital Complementar e Nível II, foram emitidos observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, com vencimento de opção de recompra, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil, em 5 anos a partir da data de emissão do instrumento.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e saldos em bancos	507.342	135.846	444.544	119.904
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)		25.001		25.001
Total	507.342	160.847	444.544	144.905

Notas Explicativas

(i) inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O saldo de aplicações interfinanceiras considerado como caixa e equivalentes de caixa está apresentado também na Nota 5.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos interfinanceiros

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Posição bancada				
Letras do Tesouro Nacional – LTN		25.001		25.001
Aplicações no mercado aberto		25.001		25.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.357	25.206	1.043.986	444.762
Total	19.357	50.207	1.043.986	469.763
Circulante	3.136	26.781	903.318	446.337
Não circulante	16.221	23.426	140.668	23.426

Notas Explicativas



6. Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Títulos de renda fixa				
Livres				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	127.159	534.584	103.799	509.423
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	459.350	464.003	459.350	464.003
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.204.679	3.331.516	2.204.679	3.331.516
Títulos Privados				
- Ações	407.770		407.770	
- Debêntures	881.660	1.384.949	881.660	1.384.949
- Certificado de recebíveis imobiliários	94.313	3.136	94.313	3.136
- Cotas de fundos de investimento	41.989	36.298	41.989	36.298
Vinculados a operações compromissadas				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	901.275	1.153.455	901.275	1.153.455
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	408.801		408.801	
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	5.252.386	1.018.256	5.252.386	1.018.256
Títulos Privados				
- Debêntures	562.779	46.754	562.779	46.754
- Certificado de recebíveis imobiliários		91.369		91.369
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos Federais				
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	450.407	403.180	447.944	400.792
- Letras do Tesouro Nacional – LTN	164.826		164.826	
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	38.498		38.498	
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Títulos Privados				
- Swap a receber	277.793	240.020	277.793	240.020
- Contrato de opções		17.171		17.171
- Compras a Termo	104.180	67.326	104.180	67.326
Total	12.377.865	8.792.017	12.352.042	8.764.468
Circulante	1.019.853	667.529	1.019.655	665.140
Não circulante	11.358.012	8.124.488	11.332.387	8.099.328

(i) Vide informações sobre instrumentos financeiros derivativos na Nota 7.

Notas Explicativas



(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Conglomerado Financeiro						
Descrição	Valor pela curva Custo amortizado		Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
Títulos/Vencimentos	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Títulos disponíveis para venda	10.602.258	8.494.436	10.061.862	8.467.500	(540.396)	(26.936)
- LFT						
De 31 a 60 dias		477.808		477.762		(46)
De 91 a 180 dias	107.044		107.037		(7)	
De 181 a 360 dias	169.803	131.323	169.795	131.254	(8)	(69)
Acima de 360 dias	1.209.846	1.491.962	1.202.009	1.482.203	(7.837)	(9.759)
- LTN						
De 91 a 180 dias	78.338		78.011		(327)	
Acima de 360 dias	1.025.061	461.735	954.966	464.003	(70.095)	2.268
- NTN						
Acima de 360 dias	6.440.872	4.371.244	5.969.303	4.349.772	(471.569)	(21.472)
- Debêntures						
De 181 a 360 dias	28.943		29.299		356	
Acima de 360 dias	1.407.189	1.431.131	1.415.140	1.431.703	7.951	572
- Certificado de recebíveis imobiliários						
Acima de 360 dias	93.173	92.935	94.313	94.505	1.140	1.570
- Cotas de fundos de investimentos						
Indeterminado	41.989	36.298	41.989	36.298		
Títulos para negociação	2.059.427		1.934.030		(125.397)	
- NTN						
Acima de 360 dias	1.714.637		1.526.260		(188.377)	
- Ações						
Indeterminado	344.790		407.770		62.980	
Instrumentos financeiros derivativos – “Diferencial a receber”			381.973	324.517		
Até 30 dias			12.506	28.208		
De 31 a 60 dias			10.776	13.588		
De 61 a 90 dias			18.039	2.725		
De 91 a 180 dias			34.617	6.803		
De 181 a 360 dias			152.003	7.189		
Acima 360 dias			154.032	266.004		
Total geral	12.661.685	8.494.436	12.377.865	8.792.017	(665.793)	(26.936)
Total contábil			12.377.865	8.792.017	(665.793)	(26.936)
Circulante			1.019.853	667.529	62.994	(115)
Não circulante			11.358.012	8.124.488	(728.787)	(26.821)

Notas Explicativas



							Banco
Descrição	Valor pela curva Custo amortizado			Valor contábil		Ajuste ao valor de mercado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Títulos/Vencimentos							
Títulos disponíveis para venda	10.576.370	8.466.887	10.036.039	8.439.951	(540.331)	(26.936)	
- LFT							
De 31 a 60 dias		475.419		475.373		(46)	
De 91 a 180 dias	107.044		107.037		(7)		
De 181 a 360 dias	169.604	131.323	169.597	131.254	(7)	(69)	
Acima de 360 dias	1.184.157	1.466.802	1.176.384	1.457.043	(7.773)	(9.759)	
- LTN							
De 91 a 180 dias	78.338		78.011		(327)		
Acima de 360 dias	1.025.061	461.735	954.966	464.003	(70.095)	2.268	
- NTN							
Acima de 360 dias	6.440.872	4.371.244	5.969.303	4.349.772	(471.569)	(21.472)	
- Debêntures							
De 181 a 360 dias	28.943		29.299		356		
Acima de 360 dias	1.407.189	1.431.131	1.415.140	1.431.703	7.951	572	
- Certificado de recebíveis imobiliários							
Acima de 360 dias	93.173	92.935	94.313	94.505	1.140	1.570	
- Cotas de fundos de investimentos							
Indeterminado	41.989	36.298	41.989	36.298			
Títulos para negociação	2.059.427		1.934.030		(125.397)		
- NTN							
Acima de 360 dias	1.714.637		1.526.260		(188.377)		
- Ações							
Indeterminado	344.790		407.770		62.980		
Instrumentos financeiros derivativos – “Diferencial a receber”			381.973	324.517			
Até 30 dias			12.506	28.208			
De 31 a 60 dias			10.776	13.588			
De 61 a 90 dias			18.039	2.725			
De 91 a 180 dias			34.617	6.803			
De 181 a 360 dias			152.003	7.189			
Acima 360 dias			154.032	266.004			
Total geral	12.635.797	8.466.887	12.352.042	8.764.468	(665.728)	(26.936)	
Total contábil			12.352.042	8.764.468	(665.728)	(26.936)	
Circulante			1.019.655	665.140	62.995	(115)	
Não circulante			11.332.387	8.099.328	(728.723)	(26.821)	

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swaps*, contratos de futuro e termo) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “VaR” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de “stress”.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas



(a) Classificação por prazo de vencimento:

Conglomerado Financeiro e Banco

Descrição	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Contratos de Swap, opções e termo							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	9.532	4.048	3.384	10.276	21.287	5.724	54.251
Juros	2.974	6.728	14.655	24.341	12.382	8.651	69.731
Índices					118.334	139.657	257.991
Total – 2021	12.506	10.776	18.039	34.617	152.003	154.032	381.973
Total – 2020	28.208	13.588	2.725	6.803	7.189	266.004	324.517
Contratos de Swap:							
Posição passiva							
Moeda estrangeira	(1.961)	(2.989)	(1.049)	(3.438)	(5.800)	(142)	(15.379)
Juros	(7.985)	(4.894)	(2.105)	(39.205)	(70.517)	(640)	(125.346)
Total – 2021	(9.946)	(7.883)	(3.154)	(42.643)	(76.317)	(782)	(140.725)
Total – 2020	(9.433)	(544)	(9.374)	(44.694)	(10.376)	(28.621)	(103.042)

(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Conglomerado Financeiro e Banco

Swap, opções e termo	Valor de referência	Valor pela curva – Custo Amortizável	Valor de mercado
Dólar x Pré	263.842		54.199
Dólar x Dólar			51
CDI x Dólar	10.700	315	315
CDI x Pré	649.000	7.410	15.156
IPCA x CDI	895.500	134.484	257.991
Pré x Real	66.472		30.335
Pré x Dólar	104.362		19.645
CDI x Ações			4.281
Posição ativa – 2021	1.989.876	142.209	381.973
Posição ativa – 2020	1.109.233	199.366	324.517
Dólar x Dólar	7.000	(130)	(1.310)
Dólar x Pré	83.188		(13.978)
CDI x Dólar	41.292	(28.412)	(29.701)
CDI x Pré		(68)	(68)
Pré x Dólar	279.309		(33.074)
CDI x Ações	344.790	(59.757)	(62.594)
Posição passiva – 2021	755.579	(88.367)	(140.725)
Posição passiva – 2020	358.831	(90.060)	(103.042)
Exposição – 2021	2.745.455	53.842	241.248
Exposição – 2020	1.468.064	109.306	221.475

As transações de swap foram marcadas a mercado, considerando as cotações obtidas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas



Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Conglomerado Financeiro e Banco			
Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	575		1.209.352
Futuro de cupom de cambial (DDI)		(2.276)	1.451.176
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)	7.367		2.527.524
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(8.135)	2.813.914
Posição – 2021	7.942	(10.411)	8.001.966
Posição – 2020	4.979	(2.631)	9.384.370

(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a *hedge*:

(i) *Hedge* de Fluxo de Caixa

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco BMG é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Banco negociou contratos futuros de DI de 1 dia, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$43.679 (2020 – R\$5.602.679). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$27.600 (2020 – devedor de R\$112), líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) *Hedge* de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Banco BMG é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de *hedge* de Risco de Mercado, assim como os contratos de swap Dólar x DI designados como instrumento de *hedge* de Risco de Mercado. Em 30 de setembro de 2021 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de *hedge* de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de *hedge* de Risco de Mercado. Em setembro de 2020 estes instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período no montante de R\$631.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utilizou contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*. Em 16 de agosto de 2020 o Banco decidiu por descontinuar a designação do *hedge* de risco de mercado referente a exposição à variação dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom. O ajuste acumulado no passivo referente ao *hedge* é amortizado ao longo da vida do instrumento. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período, no montante de R\$31.839 (2020 – negativo em R\$70.772).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Notas Explicativas



8. Operações com características de concessão de crédito

(a) Classificação por produto

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Crédito pessoal	10.007.724	9.103.870	8.787.879	8.129.742
CDC – veículos	75	118	75	118
Carteira comercial	2.155.171	2.014.609	2.142.888	2.003.062
Operações de crédito cedidas (i)	2.276.025	2.391.276	2.276.025	2.391.276
Total - operações de crédito	14.438.995	13.509.873	13.206.867	12.524.198
Carteira de câmbio	91.851	49.888	91.851	49.888
Compras a faturar - Cartões de crédito	519.184	446.492	519.184	446.492
Total - outros créditos	611.035	496.380	611.035	496.380
Total - carteira de crédito	15.050.030	14.006.253	13.817.902	13.020.578
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(766.514)	(716.557)	(688.987)	(659.356)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(4.874)	(3.312)	(4.874)	(3.312)
Total	14.278.642	13.286.384	13.124.041	12.357.910
Circulante	10.346.151	7.865.556	10.203.998	7.755.640
Não circulante	3.932.491	5.420.828	2.920.043	4.602.270

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução nº 3.533/08.

(b) Classificação por setor de atividade

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Setor privado:				
Indústria	138.519	125.810	138.519	125.810
Comércio	98.471	100.328	98.471	100.328
Intermediários financeiros	161.156	166.520	161.156	166.520
Serviços	1.466.492	1.225.332	1.466.492	1.225.332
Esportes e recreação	313.964	351.312	313.964	351.312
Habitação	643	10.322	643	10.322
Rural	12.283	27.052		15.504
Pessoas físicas	12.858.502	11.999.577	11.638.657	11.025.450
Total	15.050.030	14.006.253	13.817.902	13.020.578

Notas Explicativas

**(c) Cessões de crédito**

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de créditos, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito ou pela aquisição de cotas subordinadas dos fundos cessionários. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado conforme prazo remanescente das operações.

No período findo em 30 de setembro de 2021, o Banco não realizou operações de cessão de créditos classificadas na categoria de "com retenção substancial de riscos e benefícios", permanecendo com o total da carteira cedida no montante de R\$2.276.025. No que tange as cessões classificadas na categoria "sem retenção substancial de riscos e benefícios" o Banco realizou operações que totalizam R\$4.164.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas, em 30 de setembro de 2021, são como seguem abaixo:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08	Conglomerado Financeiro e Banco	
	Operações Cedidas	Obrigações assumidas (Nota 17b)
Crédito pessoal consignado:		
Com coobrigação – Valor Presente	2.276.025	1.590.077
Saldo de operações liquidadas a repassar		3.425
Total – 2021	2.276.025	1.593.502
Total – 2020	2.391.276	1.899.832

(d) Composição da carteira de crédito por vencimentos:

Vencimento/Produto	Conglomerado Financeiro			
	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	7.713.082	4	323.341	8.036.427
A vencer de 31 a 60 dias	296.175	2	142.960	439.137
A vencer de 61 a 90 dias	190.049	3	135.176	325.228
A vencer de 91 a 180 dias	407.044	9	166.951	574.004
A vencer de 181 a 360 dias	516.255	10	263.817	780.082
A vencer após 360 dias	2.821.739	25	1.211.712	4.033.476
Total de parcelas a vencer	11.944.344	53	2.243.957	14.188.354
Vencidas até 14 dias	68.889	1	1.361	70.251
Vencidas de 15 a 30 dias	104.541	1	143	104.685
Vencidas de 31 a 60 dias	94.750	3	231	94.984
Vencidas de 61 a 90 dias	79.199	3	231	79.433
Vencidas de 91 a 180 dias	241.749	8	350	242.107
Vencidas de 181 a 360 dias	269.461	6	749	270.216
Total de parcelas vencidas	858.589	22	3.065	861.676
Total da carteira – 2021	12.802.933	75	2.247.022	15.050.030
Total da carteira – 2020	11.941.639	118	2.064.496	14.006.253

Notas Explicativas



Vencimento/Produto	Crédito Pessoal	CDC Veículos	Banco	
			Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	7.712.730	4	323.341	8.036.075
A vencer de 31 a 60 dias	295.479	2	142.960	438.441
A vencer de 61 a 90 dias	188.869	3	135.176	324.048
A vencer de 91 a 180 dias	400.131	9	154.668	554.808
A vencer de 181 a 360 dias	463.867	10	263.818	727.695
A vencer após 360 dias	1.805.226	25	1.211.711	3.016.962
Total de parcelas a vencer	10.866.302	53	2.231.674	13.098.029
Vencidas até 14 dias	68.889	1	1.361	70.251
Vencidas de 15 a 30 dias	86.730	1	143	86.874
Vencidas de 31 a 60 dias	75.042	3	231	75.276
Vencidas de 61 a 90 dias	63.122	3	231	63.356
Vencidas de 91 a 180 dias	205.710	8	350	206.068
Vencidas de 181 a 360 dias	217.293	6	749	218.048
Total de parcelas vencidas	716.786	22	3.065	719.873
Total da carteira – 2021	11.583.088	75	2.234.739	13.817.902
Total da carteira – 2020	10.967.510	118	2.052.950	13.020.578

(e) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Apresentamos abaixo a composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil nos correspondentes níveis de risco, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN:

(i) Conglomerado Financeiro

2021				2020	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA	0	467.240			
A	0,50	13.173.814	65.871	12.735.626	63.678
B	1,00	245.749	2.457	195.420	1.954
C	3,00	239.861	7.196	203.799	6.114
D	10,00	82.356	8.236	74.627	7.463
E	30,00	108.263	32.479	100.550	30.165
F	50,00	111.266	55.633	136.616	68.308
G	70,00	73.215	51.250	58.093	40.665
H	100,00	548.266	548.266	501.522	501.522
Total		15.050.030	771.388	14.006.253	719.869

(ii) Banco

2021				2020	
Nível	%	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	Carteira	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA	0	467.240			
A	0,50	12.084.079	60.420	11.847.944	59.239
B	1,00	227.346	2.273	186.537	1.865
C	3,00	220.156	6.605	190.385	5.712
D	10,00	66.278	6.628	61.820	6.182
E	30,00	95.195	28.559	91.069	27.321
F	50,00	98.899	49.450	129.619	64.809
G	70,00	62.610	43.827	52.214	36.550
H	100,00	496.099	496.099	460.990	460.990
Total		13.817.902	693.861	13.020.578	662.668

Notas Explicativas

**(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos**

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do período	719.869	591.770	662.668	554.017
Constituição de provisão	671.036	631.495	594.251	559.858
(Reversão/baixa de provisão)	(619.517)	(503.890)	(563.058)	(458.694)
Saldo no fim do período	771.388	719.375	693.861	655.181
Créditos recuperados	(150.476)	(79.566)	(144.856)	(78.153)
Efeito no resultado (i)	520.560	551.929	449.395	481.705

(i) Refere-se ao valor líquido de constituição de provisão e créditos recuperados.

9. Outros créditos

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Ativos fiscais diferidos (i)	3.094.977	2.663.800	2.712.061	2.273.903
Ativos fiscais correntes (ii)	465.971	347.331	403.686	289.908
Carteira de câmbio (Nota 8 (a))	91.851	49.888	91.851	49.888
Variação cambial sobre adiantamento de câmbio	203.721	(1.649)	203.721	(1.649)
Devedores por depósitos em garantia (iii)	365.027	390.488	357.855	384.482
Devedores diversos – País	251.314	126.890	130.371	108.609
Baixas sem financeiro (iv)	509.399	513.514	509.399	513.514
(-) Provisões aos valores não recuperáveis (iv)	(66.741)	(74.080)	(66.741)	(74.080)
Valores a receber sociedades ligadas			6.062	170
Compras a faturar - Cartões de crédito (Nota 8(a))	519.184	446.492	519.184	446.492
(-) Provisões outros créditos liquidação duvidosa (Nota 8 (a))	(4.874)	(3.312)	(4.874)	(3.312)
Outros	50.936	30.605	67.285	41.971
Total	5.480.765	4.489.967	4.929.860	4.029.896
Circulante	1.733.608	1.148.808	1.594.760	1.106.510
Não circulante	3.747.157	3.341.159	3.335.100	2.923.386

(i) Os ativos fiscais diferidos referem-se à créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 25(a).

(ii) O saldo de ativos fiscais correntes refere-se a tributos a compensar e compreende substancialmente crédito de COFINS no valor de R\$276.222 (2020 - R\$273.128) no Conglomerado Financeiro e R\$262.104 (2020 - R\$259.886) no Banco, em função do trânsito em julgado em 06/04/2009 da Ação Rescisória visando o reconhecimento do seu direito ao recolhimento da COFINS apenas sobre as receitas de serviços, na forma da Lei Complementar 70/91, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei 9.718/98, declarada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário nº 357.950 e recuperação de PIS e COFINS sobre receita não compreendida na atividade ou objeto social, inciso IV. do art. 12 do Decreto Lei 1.598/77 e IR/CSLL no valor de R\$107.987 vide nota 25c.

(iii) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e civil (vide Nota 18).

(iv) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Notas Explicativas



10. Outros valores e bens

(a) Bens não de uso próprio

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	22.461	69.165	22.346	69.075
Provisões para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	(1.664)	(5.325)	(1.664)	(5.325)
Material em estoque	145	89	145	89
Total – Circulante	20.942	63.929	20.827	63.839

(i) Referem-se principalmente a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

(b) Despesas antecipadas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Comissões – País (i)	182.901	121.724	182.901	121.724
Outros	32.537	33.757	32.438	33.569
Total	215.438	155.481	215.339	155.293
Circulante	107.749	64.324	107.650	64.136
Não circulante	107.689	91.157	107.689	91.157

(i) Referem-se principalmente a comissão referente a captações.

11. Investimentos

Participações em controladas e coligadas

						Conglomerado Financeiro	
						2021	2020
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do período	Resultado de equivalência do período	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	14.376	2.161	1.729	11.501	9.772
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	1.308.490.992	99,99%	1.074.891	28.794	28.791	1.074.783	1.145.983
BMSE Participações Ltda.	7.006.483	99,38%	1.967	1	1	1.955	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	61.399	185	172	57.095	56.923
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	24.556	378	378	24.551	24.173
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	8.568.767	45,00%	64.886	(14.989)	6.825	27.908	(9.788)
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(2.215)	(1.752)
Ágio no investimento - Granito Soluções em Pagamentos S.A.							17.794
Amortização de ágio - Granito Soluções em Pagamentos S.A.							(2.131)
Total					37.896	1.198.669	1.246.021

Notas Explicativas



						Banco	
						2021	2020
	Número de ações/cotas possuídas	Percentual de participação	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do período	Resultado de equivalência e variação cambial do período	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento
(i) Diretas (Ramo financeiro)							
BMG Bank (Cayman) Ltd.	2.417	100,00%	289.181	11.772	24.150	289.181	265.031
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	547.997.118	99,99%	876.338	12.807	12.806	876.252	864.977
Banco Cifra S.A.	16.364	100,00%	780.821	10.147	10.147	780.821	771.953
Banco BCV S.A.	8.196	100,00%	1.299.758	16.799	16.799	1.299.758	1.285.061
Cifra Financeira S.A.	279.000	100,00%	14.096	179	179	14.096	13.980
Ágio no investimento - Banco BCV S.A.						1.422.504	1.422.504
Amortização de ágio - Banco BCV S.A.						(1.422.504)	(1.327.671)
Ágio no investimento - Banco Cifra S.A./Simples Participações Ltda.						27.908	27.908
Amortização de ágio - Banco Cifra S.A./Simples Participações Ltda.						(27.908)	(26.512)
(ii) Diretas (Ramo não financeiro)							
ME Promotora de vendas Ltda.	8.000	80,00%	14.376	2.161	1.729	11.501	9.772
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	1.308.490.992	99,99%	1.074.891	28.794	28.791	1.074.783	1.145.983
BMSE Participações Ltda.	7.006.483	99,38%	1.967	1	1	1.955	1.956
BMG Participações em Negócios Ltda.	28.999.999	92,99%	61.399	185	172	57.095	56.923
Help Franchising Participações Ltda.	21.995.600	99,98%	24.556	378	378	24.551	24.173
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	8.568.767	45,00%	64.886	(14.989)	6.825	27.908	(9.788)
Ágio no investimento - Help Franchising Participações Ltda.						3.091	3.091
Amortização de ágio - Help Franchising Participações Ltda.						(2.215)	(1.752)
Ágio no investimento - Granito Soluções em Pagamentos S.A.							17.794
Amortização de ágio - Granito Soluções em Pagamentos S.A.							(2.131)
Total					101.977	4.458.777	4.543.252

Em 02 de março de 2020 foi integralizado aumento de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$1.000.000 visando maior eficiência operacional da Companhia e aproveitamento de recursos.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco BCV S.A. no montante de R\$334.903, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco Cifra S.A. no montante de R\$96.645, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 22 de abril de 2020 foi efetuado aumento de capital na BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no montante de R\$500.000. O Banco Central homologou a integralização do aumento de capital em 24 de junho de 2020.

Em 23 de abril de 2020 a controlada BMG Participações em Negócios adquiriu quotas de sócios minoritários no montante de R\$6.008. Tais quotas foram mantidas em tesouraria e não houve alteração na quantidade de quotas emitidas, desta forma, a participação do Banco no total das quotas emitidas foi mantida em 92,99%.

Em 06 de agosto de 2020 foi celebrado a venda de 40% das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., no montante de R\$44.800. A operação foi aprovada pelo CADE em 03 de novembro de 2020.

Em 11 de agosto de 2020 foi exercido o direito de preferência na aquisição de 1.741.290 novas ações da Granito Soluções em Pagamento S.A., com o desembolso de R\$ 12.000, aumentando a participação do capital social da companhia de 65,01% para 70%. Nesta mesma data foi pago proporcionalmente aos demais sócios o montante

Notas Explicativas



total de R\$ 3.000, integralizando a aquisição de mais 5% das ações de emissão da sociedade, aumentando a participação do capital social da companhia de 70% para 75%.

Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado contrato para aquisição de quotas da Raro Recrutamento em TI Ltda. pela CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., uma sociedade controlada pelo BMG. Com o fechamento da Operação, a CBFácil passou a ser titular de quotas representativas de 30% do capital social da Raro e de uma opção de compra para aumentar sua participação para 75%. O preço de aquisição total é de R\$ 3.529 e foi pago pela CBFácil em parcela única no dia 1º de fevereiro de 2021.

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7,5 milhões e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco BMG registrou um resultado não operacional de equivalência patrimonial de R\$30.871 no período findo em 30 de setembro de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 22 (b)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco BMG celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("NewCo"). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. A conclusão está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais a esse tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de agosto de 2021 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$100.000.

Notas Explicativas



12. Imobilizado de uso

						Conglomerado Financeiro e Banco				
						Movimentações				
		2021		2020						
	Taxa Anual (%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Valor líquido	Saldo Residual em 31.12.2020	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Saldo Residual em 30.09.2021
Imóveis de uso		16.687	(12.974)	3.713	3.713	3.713				3.713
Terrenos		3.711		3.711	3.711	3.711				3.711
Edificações	4	12.976	(12.974)	2	2	2				2
Outras imobilizações de uso		190.604	(127.433)	63.171	63.192	63.192	18.567	(8.035)	(10.553)	63.171
Instalações	10	102.119	(71.807)	30.312	30.389	30.389	6.797	(3.205)	(3.669)	30.312
Móveis e equipamento	10	20.679	(14.309)	6.370	7.128	7.128	499	(271)	(986)	6.370
Sistema de comunicação	10	2.005	(889)	1.116	1.066	1.066	332	(169)	(113)	1.116
Sistema de processamento de dados	20	58.061	(35.745)	22.316	21.072	21.072	9.846	(3.617)	(4.985)	22.316
Sistema de transporte	20	7.740	(4.683)	3.057	3.537	3.537	1.093	(773)	(800)	3.057
Imobilizado de uso		207.291	(140.407)	66.884	66.905	66.905	18.567	(8.035)	(10.553)	66.884

13. Intangível

(a) Composição dos ativos intangíveis

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Ágio por expectativa de resultados futuros				
Banco BCV S.A.	1.422.504	1.422.504		
Banco Cifra S.A. / Simples Participações Ltda.	27.908	27.908		
Outros intangíveis (i)	355.527	274.096	355.527	274.096
Amortização acumulada	(1.585.138)	(1.445.836)	(134.726)	(91.653)
Total	220.801	278.672	220.801	182.443

(i) Referem-se a licenças de uso e outros intangíveis, amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

O Conglomerado avalia anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor recuperável do ágio, visando obter a melhor estimativa da Administração sobre seus fluxos de caixa futuros. Conforme estudo realizado na data-base de 30 de setembro de 2021, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio no período findo em 30 de setembro de 2021. O prazo de amortização do ágio foi de 10 anos, cujo amortização se encerrou em agosto de 2021.

O cálculo do valor recuperável do ágio utiliza projeções de fluxo de caixa com premissas em um horizonte de longo prazo, considerando condições de mercado e fatores como taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidades sensibilizadas de 3% a 5%. As projeções de fluxo de caixa, tem como base o orçamento de 10 anos, aprovado pela Administração.

Notas Explicativas



(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	278.672	252.646	182.443	11.376
Outros ativos intangíveis	81.431	256.002	81.431	256.002
(Amortizações de ágio na aquisição de controladas)	(96.229)	(145.041)		
(Amortizações de outros ativos intangíveis)	(43.073)	(84.935)	(43.073)	(84.935)
Total	220.801	278.672	220.801	182.443

14. Depósito

(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à vista	206.153	175.086	208.651	177.475
Depósitos interfinanceiros				
Pós-fixados	81.820	36.122	2.605.246	2.475.779
Depósitos a prazo				
Prefixados	6.098.526	4.580.857	6.098.526	4.580.857
Pós-fixados (i)	10.635.997	8.351.989	10.635.997	8.351.989
Total	17.022.496	13.144.054	19.548.420	15.586.100
Circulante	5.472.423	3.432.283	7.998.347	5.874.329
Não circulante	11.550.073	9.711.771	11.550.073	9.711.771

(i) Do montante de R\$10.635.997 (2020 – R\$8.351.989) (Conglomerado Financeiro e Banco) de Depósitos a prazo pós-fixados, R\$1.582.330 (2020 – R\$1.562.007) correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DPGE, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.785, de 23/03/2020, do CMN.

(b) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

	Depósitos Interfinanceiros		Depósitos a prazo(i)		Conglomerado Financeiro	
	2021	2020	2021	2020	2021	Total 2020
Até 30 dias	1.012		1.278.459	912.273	1.279.471	912.273
De 31 a 60 dias	8.013	27.726	305.340	214.639	313.353	242.365
De 61 a 90 dias	14.073		184.332	247.787	198.405	247.787
De 91 a 180 dias	18.208		658.148	993.036	676.356	993.036
De 181 a 360 dias	39.856	7.788	2.758.829	853.948	2.798.685	861.736
Após 360 dias	658	608	11.549.415	9.711.163	11.550.073	9.711.771
Total	81.820	36.122	16.734.523	12.932.846	16.816.343	12.968.968
Circulante	81.162	35.514	5.185.108	3.221.683	5.266.270	3.257.197
Não circulante	658	608	11.549.415	9.711.163	11.550.073	9.711.771

(i) Do montante de R\$11.549.415 (2020 – R\$9.711.163) de Depósitos a prazo apresentados no vencimento “Após 360 dias”, R\$6.701.719 (2020 – R\$4.870.965) vencem entre 1 e 3 anos, R\$3.612.299 (2020 – R\$3.413.613) entre 3 e 5 anos e R\$1.235.397 (2020 – R\$1.426.585) acima de 5 anos.

Notas Explicativas



					Banco	
Depósitos Interfinanceiros			Depósitos a prazo		Total	
2021	2020		2021	2020	2021	2020
Até 30 dias	1.012	675.722	1.278.459	912.273	1.279.471	1.587.995
De 31 a 60 dias	354.483	27.726	305.340	214.639	659.823	242.365
De 61 a 90 dias	2.191.029		184.332	247.787	2.375.361	247.787
De 91 a 180 dias	18.208	1.763.935	658.148	993.036	676.356	2.756.971
De 181 a 360 dias	39.856	7.788	2.758.829	853.948	2.798.685	861.736
Após 360 dias	658	608	11.549.415	9.711.163	11.550.073	9.711.771
Total	2.605.246	2.475.779	16.734.523	12.932.846	19.339.769	15.408.625
Circulante	2.604.588	2.475.171	5.185.108	3.221.683	7.789.696	5.696.854
Não circulante	658	608	11.549.415	9.711.163	11.550.073	9.711.771

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

(a) Obrigações por emissão de letras de crédito

Conglomerado Financeiro e Banco		
	2021	2020
Letras financeiras (i)	1.190.127	3.714.022
Letras créditos imobiliários	38.781	19.058
Letras créditos agropecuários	91.356	80.648
Total	1.320.264	3.813.728
Circulante	780.409	3.197.334
Não Circulante	539.855	616.394

- (i) Do montante de R\$3.714.022 de letras financeiras em setembro de 2020, R\$2.769.394 correspondiam a captações efetuadas mediante emissão de Letras Financeiras com garantia, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.795, de 02/04/2020, do CMN.

(b) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

Letras financeiras e de crédito		
	2021	2020
Até 30 dias	61.431	3.465
De 31 a 60 dias	27.935	43.813
De 61 a 90 dias	29.700	25.695
De 91 a 180 dias	505.522	586.312
De 181 a 360 dias	155.821	2.538.049
Após 360 dias	539.855	616.394
Total	1.320.264	3.813.728
Circulante	780.409	3.197.334
Não circulante	539.855	616.394

Notas Explicativas

**16. Obrigações por empréstimos e repasses**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Repasses País – Instituições Oficiais (a)	1.972	9.046	1.972	9.046
Empréstimos no Exterior (i)		259.968		
Empréstimos no País – Outras Instituições (ii)	507.267	499.767	507.267	499.767
Total	509.239	768.781	509.239	508.813
Circulante	1.972	269.014	1.972	9.046
Não Circulante	507.267	499.767	507.267	499.767

(i) O empréstimo obtido junto à Agência Itaú Unibanco S.A. – Nassau foi liquidado em setembro de 2021.

(ii) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2021	2020
Até 30 dias	696	480
De 91 a 180 dias	1.276	8.566
Total	1.972	9.046
Circulante	1.972	9.046

17. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações**(a) Provisão e obrigações fiscais**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para pagamentos a efetuar	212.780	177.699	212.432	177.424
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.433	5.373	5.433	5.373
Provisão para causas judiciais (i)	702.446	608.059	687.768	595.497
Provisões	920.659	791.131	905.633	778.294
Correntes	32.091	15.529	6.057	
Diferidas (25(c))	73.440	61.735	73.116	61.434
Obrigações fiscais	105.531	77.264	79.173	61.434
Total	1.026.190	868.395	984.806	839.728
Circulante	244.871	193.228	218.489	177.424
Não circulante	781.319	675.167	766.317	662.304

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 18.

Notas Explicativas



(b) Outras obrigações

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Sociais e estatutárias	164.890	147.103	164.886	147.103
Outros impostos e contribuições a recolher	37.055	49.025	37.019	48.989
Obrigações a pagar cartão	264.606	233.537	264.606	233.537
Credores diversos	627.748	460.191	626.873	459.503
Valores a repassar cessão (i)	3.425	3.765	3.425	3.765
Valores a pagar sociedades ligadas			6.718	35.489
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (i)	1.590.077	1.896.067	1.590.077	1.896.067
Letras financeiras subordinadas (Nota 17(c))	129.225	133.014	129.225	133.014
Total	2.817.026	2.922.702	2.822.829	2.957.467
Circulante	1.256.321	1.054.886	1.262.124	1.089.651
Não circulante	1.560.705	1.867.816	1.560.705	1.867.816

(i) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 8(c).

(c) Letras financeiras subordinadas

Descrição	Conglomerado Financeiro e Banco			
	Data de			
Nome do papel	Emissão	Vencimento	Taxa de Juros a.a.	R\$
No País (i):				
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	5.646
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	13.244
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.013
			IPCA + 6,60% a 6,67%	
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% a 130% da SELIC	108.108
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.214
Total – 2021				129.225
Total – 2020				133.014

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das dívidas e letras financeiras subordinadas:

Dívida e letras financeiras subordinadas	Conglomerado Financeiro e Banco	
	2021	2020
Acima de 360 dias	19.903	19.336
Perpétua	109.322	113.678
Total	129.225	133.014

O Banco realizou a liquidação e pagamento de principal e juros das dívidas subordinadas emitidas no exterior, com vencimento em 05 de novembro de 2019 e 05 de agosto de 2020, no montante de R\$977.894 e R\$ 899.763, respectivamente.

Notas Explicativas



18. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O Banco e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.2(r). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Provisão para riscos fiscais - Equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$892.822 (2020 – R\$718.791) Conglomerado Financeiro e R\$881.322 (2020 – R\$710.940) Banco, sendo que estas ações se referem principalmente a processos administrativos e ou judiciais de tributos federais.

Os principais questionamentos no conglomerado são:

- a) CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$224.463 (2020 - R\$262.506): decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- b) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 e 2015 – R\$211.251 (2020 – R\$133.185): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- c) PIS e COFINS – R\$96.201 (2020 - R\$71.464): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- d) INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$32.271 (2020 – R\$31.906): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- e) SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$27.773 (2020 - R\$25.372): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

(ii) Provisões Trabalhistas – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 30 de setembro de 2021, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota no Conglomerado Financeiro e no Banco.

(iii) Provisões Cíveis: A provisão dos casos cíveis individualizados é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$672.076 (2020 – R\$654.657) Conglomerado Financeiro e R\$666.391 (2020 – R\$651.253) Banco.

O Banco não possui ativos contingentes contabilizados.

Abaixo demonstramos a segregação por natureza e movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e cíveis:

Notas Explicativas



(iv) Depósitos Judiciais e Provisões segregadas por natureza

			2021	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	216.145	62.387	211.594	58.208
Causas trabalhistas	25.840	65.238	25.492	57.417
Causas cíveis	123.042	574.821	120.769	572.143
Total	365.027	702.446	357.855	687.768

			2020	
Conglomerado Financeiro			Banco	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Causas tributárias e previdenciárias	109.267	52.081	104.717	49.382
Causas trabalhistas	28.940	68.201	28.444	59.457
Causas cíveis	252.281	487.777	251.321	486.658
Total	390.488	608.059	384.482	595.497

(v) Movimentação

Conglomerado Financeiro				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributária	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2020	390.488	52.081	68.201	487.777
Adições	295.116	10.368	14.895	355.487
(Baixas)	(320.577)	(62)	(17.858)	(268.443)
Saldo em 30/09/2021	365.027	62.387	65.238	574.821

Banco				
	Depósitos Judiciais	Provisões Tributária	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis
Saldo em 31/12/2020	384.482	49.382	59.457	486.658
Adições	288.963	8.847	14.273	353.605
(Baixas)	(315.590)	(21)	(16.313)	(268.120)
Saldo em 30/09/2021	357.855	58.208	57.417	572.143

Notas Explicativas

**19. Patrimônio líquido (Banco)****a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nessa mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Ações em tesouraria					
	Ações em tesouraria 31/12/2020	Aquisição de ações de emissão própria	Cancelamento de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Ações em tesouraria 30/09/2021
Quantidade	3.592.500	5.254.500	(8.242.120)	(553.773)	51.107
Saldo em milhares de reais	(13.797)	(25.774)	36.912	2.405	(254)

Movimentação na quantidade ações				
	31/12/2020	Cancelamento	Conversão de ações	30/09/2021
Ordinária	400.007.354		(27.311.156)	372.696.198
Preferencial	191.467.177	(8.242.120)	27.311.156	210.536.213
Saldo	591.474.531	(8.242.120)		583.232.411

Notas Explicativas



	Quantidade de ações em circulação (i)		
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2020	2.562.714	103.934.988	106.497.702
Variação em ações em tesouraria		(4.700.727)	(4.700.727)
Variação das ações detidas por controladores e administradores		(244.557)	(244.557)
Conversão de ações	(1.311.156)	1.311.156	
Em 30/09/2021	1.251.558	100.300.860	101.552.418

(i) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 62, ICVM 480/09, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

b) Reservas

Reservas de lucros:

- **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.
- **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista. Cabendo ressaltar que, durante o exercício de 2020, o Banco observou o disposto na Resolução CMN nº 4.820/20.

Em 30 de setembro de 2021 foi provisionado o montante de R\$138.677 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em ata.

d) Resultado líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas.

Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro básico por ação de setembro de 2020.

Resultado líquido por ação

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	193.675	252.801
Quantidade média ponderada de ações emitidas	584.404.370	587.882.031
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,3314	0,4300

Notas Explicativas

**20. Receitas e despesas da intermediação financeiras**

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
CDC Crédito pessoal	3.215.736	3.104.622	3.108.771	3.017.952
CDC Veículos	(162)	18	(162)	18
Carteira comercial	157.612	176.398	161.107	198.194
Comissões de agentes	(621.001)	(503.834)	(621.001)	(503.834)
Variação cambial	55.127	271.688		
Total	2.807.312	3.048.892	2.648.715	2.712.330

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.422	11.089	24.176	20.619
Títulos e valores mobiliários	479.100	140.700	478.471	137.723
Total	483.522	151.789	502.647	158.342

(c) Despesas da intermediação financeira

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Despesa com captação no exterior		(53.473)		(53.473)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (i)	117.388	1.448	117.388	1.448
Variação cambial	4.789	(219.042)	42.152	(49.484)
Despesas de depósitos a prazo	(970.832)	(639.044)	(970.832)	(639.044)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(2.559)	(3.990)	(75.929)	(53.629)
Outras despesas de captação	(214.549)	(64.512)	(214.555)	(64.542)
Operações de empréstimos e repasses	(16.770)	(16.366)	(13.105)	(11.626)
Resultado com operações de crédito cedidas	(112.135)	1.331	(112.135)	1.331
Total	(1.194.668)	(993.648)	(1.227.016)	(869.019)

(i) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado na nota 20 (a).

21. Receitas de prestação de serviços

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Rendas de cobrança	1.010	739	1.010	739
Rendas de tarifas bancárias	10.063	5.091	10.063	5.091
Rendas outros serviços	44.669	36.258	44.617	36.207
Total	55.742	42.088	55.690	42.037

Notas Explicativas

**22. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas****(a) Despesas de pessoal**

	Conglomerado financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Proventos e honorários	(116.561)	(116.156)	(116.547)	(116.112)
Encargos sociais	(46.002)	(40.994)	(45.994)	(40.981)
Treinamento	(533)	(2.095)	(533)	(2.095)
Benefícios	(34.025)	(31.734)	(34.007)	(31.708)
Total	(197.121)	(190.979)	(197.081)	(190.896)

(b) Outras despesas administrativas

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Água, energia e gás	(1.406)	(1.507)	(1.406)	(1.507)
Marketing	(103.644)	(84.201)	(103.513)	(83.975)
Aluguéis	(13.520)	(11.069)	(13.502)	(11.051)
Arrendamento de bens	(7.667)	(10.729)	(7.667)	(10.729)
Promoções e relações públicas	(268)	(9.708)	(268)	(9.708)
Comunicações	(35.766)	(25.519)	(35.766)	(25.519)
Manutenção e conservação de bens	(1.208)	(1.225)	(1.208)	(1.225)
Processamento de dados	(109.294)	(71.273)	(109.288)	(71.272)
Seguros	(4.001)	(2.641)	(3.987)	(2.347)
Serviços de terceiros	(91.561)	(88.948)	(91.561)	(88.948)
Serviço de vigilância	(4.371)	(4.545)	(4.371)	(4.545)
Serviços técnicos especializados	(192.018)	(167.482)	(191.238)	(166.099)
Materiais diversos	(1.546)	(3.509)	(1.546)	(3.509)
Serviços do sistema financeiro	(14.344)	(17.532)	(14.241)	(17.480)
Transportes	(3.949)	(4.206)	(3.949)	(4.206)
Viagens	(5.114)	(4.791)	(5.114)	(4.791)
Amortização e depreciação (i)	(173.482)	(148.111)	(173.482)	(148.111)
Outras despesas administrativas	(24.986)	(36.709)	(24.928)	(36.435)
Total	(788.145)	(693.705)	(787.035)	(691.457)

(i) Em setembro de 2021 contempla baixa de ágio referente a operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 11).

23. Despesas tributárias

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS	(100.000)	(93.606)	(98.785)	(92.936)
ISS	(1.975)	(1.651)	(1.937)	(1.613)
Outros	(2.402)	(2.932)	(2.100)	(2.767)
Total	(104.377)	(98.189)	(102.822)	(97.316)

Notas Explicativas

**24. Outras receitas e despesas operacionais**

	Conglomerado Financeiro		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	17.197	2.936	17.197	2.918
Atualização monetária	20.170	1.364	20.115	1.303
Reversão de provisões operacionais (i)	354.143	293.959	352.315	286.734
Atualização de impostos a compensar	3.282	3.846	2.647	3.183
Participação sobre prêmios emitidos (ii)	3.000	9.000	3.000	9.000
Outras	2.754	215	2.750	216
Total	400.546	311.320	398.024	303.354
Outras despesas operacionais				
Atualização monetária	(1.731)	(1.422)	(1.731)	(1.413)
Despesas de cobranças	(11.808)	(10.914)	(11.804)	(10.907)
Despesa de interveniência de repasse de recursos	(69.606)	(66.450)	(69.605)	(66.450)
Despesa de provisões operacionais (i)	(786.159)	(559.860)	(782.835)	(552.953)
Tarifas	(22.624)	(26.030)	(22.624)	(26.030)
Outras	(21.935)	(26.028)	(21.842)	(25.965)
Total	(913.863)	(690.704)	(910.441)	(683.718)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(513.317)	(379.384)	(512.417)	(380.364)

(i) Basicamente, reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais; e

(ii) Na rubrica "Participação sobre prêmios emitidos" está registrado o valor de parceria com empresa de seguros.

25. Imposto de renda e contribuição social**(a) Ativos fiscais diferidos - créditos de imposto de renda e contribuição social**

	Conglomerado Financeiro				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2020	547	1.947.212	698.886	17.155	2.663.800
Constituição		653.033		256.990	910.023
(Realização / Reversão)		(448.101)	(13.590)	(17.155)	(478.846)
Saldo final em 30/09/2021	547	2.152.144	685.296	256.990	3.094.977

	Banco				
	CS MP 2.158- 35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2020	547	1.909.649	346.579	17.128	2.273.903
Constituição		651.762		256.968	908.730
(Realização / Reversão)		(447.599)	(5.845)	(17.128)	(470.572)
Saldo final em 30/09/2021	547	2.113.812	340.734	256.968	2.712.061

O Conglomerado Financeiro adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas

Os créditos tributários relacionados as adições temporárias referem-se, principalmente, a Provisões para causas fiscais e previdenciárias discutidos em âmbito judicial ou administrativo, provisões trabalhistas e cíveis, cuja realização depende do encerramento dos respectivos processos, e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

Notas Explicativas



Os estudos técnicos elaborados demonstram a capacidade da Instituição de geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários existentes.

(b) Obrigações fiscais diferidas - imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre exclusões temporárias no montante de R\$73.440 (2020 - R\$61.735) no Conglomerado Financeiro e R\$73.116 (2020 - R\$61.434) no Banco, referem-se principalmente, a Marcação à Mercado de Títulos e Valores Mobiliários.

(c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

			Conglomerado Financeiro	
			2021	2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	90.957	90.957	336.914	336.914
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	(138.677)	(138.677)	(60.040)	(60.040)
Participação nos lucros	(65.599)	(65.599)	(46.672)	(46.672)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(107.987)	(107.987)		
Equivalência patrimonial	(37.896)	(37.896)	(1.032)	(1.032)
Equivalência patrimonial - não operacional	(30.870)	(30.870)		
Variação cambial de investimento no exterior	(6.189)	(6.189)	(79.517)	(79.517)
Inovação tecnológica (ii)	(54.600)	(54.600)	(31.764)	(31.764)
Outros	16.847	(10.223)	(6.940)	(7.823)
Base de cálculo	(334.014)	(361.084)	110.949	110.066
Alíquota base	50.102	72.217	(16.643)	(22.013)
Alíquota adicional	33.420		(11.077)	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (iii)		12.134		11.801
Incentivos fiscais	445		492	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	83.967	84.351	(27.228)	(10.212)

			Banco	
			2021	2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e das participações societárias	57.911	57.911	314.903	314.903
Juros sobre o capital próprio	(138.677)	(138.677)	(60.040)	(60.040)
Participação nos lucros	(65.586)	(65.586)	(46.672)	(46.672)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(107.987)	(107.987)		
Equivalência patrimonial	(101.977)	(101.977)	(112.053)	(112.053)
Equivalência patrimonial - não operacional	(30.871)	(30.871)		
Variação cambial de investimento no exterior	6.189	6.189		
Inovação tecnológica (ii)	(54.600)	(54.600)	(31.764)	(31.764)
Outros	28.907	7.329	(5.325)	(3.326)
Base de cálculo	(406.691)	(428.269)	59.049	61.048
Alíquota base	61.004	85.654	(8.857)	(12.209)
Alíquota adicional	40.687		(5.887)	
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (iii)		13.561		11.094
Incentivos fiscais	444		429	
Créditos com Imposto de renda e Contribuição social	102.135	99.215	(14.315)	(1.115)

- (i) Efeito da decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário;
- (ii) Lei nº 11.196/2005, art.17, inciso I; e
- (iii) Efeito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (vide nota 2.2 p).

Notas Explicativas

**26. Transações com partes relacionadas (Banco)**

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 4.636, de 22/02/2018, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais com as demais operações do banco.

(a) Transações com partes relacionadas

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2021	2020	30/09/2021	30/09/2020
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.024.629	419.556	21.192	9.715
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros				
Cartões Consignados II	1.321.273		24.714	
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	14.130	2.811		184
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	22.221	21.175	582	2.479
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	3.711	2.433		
Banco BCV S.A.	6.187	4.081		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	6.442	4.909		
Cifra S.A. Créd. Fin. Invest.	82	19		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.	109			
Banco BCV S.A.	5.953	170		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.		55		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(307)	(148)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	5	(20)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(54)	(110)		
Help Franchising	(468)	(366)		
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(1.015)	(513)		
ME Promotora de Vendas Ltda.	(721)	(8)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(5)	(5)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(220)	(33)		
Cmg Corretora De Seguros	(112)	(2.114)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(540)	(11.969)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(1.013.422)	(960.211)	(28.794)	(23.493)
Banco Cifra S.A.	(630.319)	(617.152)	(18.839)	(14.675)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(870.325)	(852.847)	(25.454)	(11.239)
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(9.360)	(9.447)	(284)	(232)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(3.583)	(5.057)	(129)	(157)
Help Franchising	(11.866)	(13.339)	(298)	(302)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(8.948)	(7.257)	(193)	(189)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(506.776)	(598.141)	(15.112)	(9.869)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(377)	(379)	(15)	(16)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(14.832)	(21.759)	(538)	(296)
Cmg Corretora De Seguros	(6.896)	(8.143)	(216)	(188)
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(426.454)	(412.338)	(29.457)	(15.021)
Outras obrigações				
Banco Cifra S.A.		(13)		
Banco BCV S.A.	(6.276)	(35.330)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(442)	(146)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.444)	(276)		

Em setembro de 2021, o Conglomerado Bmg possuía seguro garantia com prêmios no montante de R\$170 com a BMG Seguros S.A.

As aplicações e captações de recursos, com partes relacionadas, foram contratadas a taxas de mercado.

A EGL – Empreendimentos Gerais Ltda. (empresa não financeira pertencente ao Grupo BMG), adquiriu créditos sem coobrigação com o Banco BMG, que por força de contrato de cessão, recebe 20% dos repasses a serem efetuados,

Notas Explicativas



a título de serviços de cobrança. Em 30 de setembro de 2021, os valores a repassar a EGL – Empreendimentos Gerais Ltda., totalizavam R\$2.444 (2020 – R\$276) e não houve serviços de cobrança para o período (2020 – R\$55).

(b) Remuneração dos administradores

Conforme descrito na Nota 2.2(s), em acordo com a Resolução CMN 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre Conselho de Administração e Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(i) Benefícios de curto e longo prazo a administradores

	2021	2020
Remuneração	22.813	18.907
Contribuição INSS	9.532	4.254
Total	32.345	23.161

(ii) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo BMG possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia “BMGB4”, como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis (“*Performance Shares Units*” ou “PSU”), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 “Pagamento Baseado em Ações” e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no período findo em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$1.859 e R\$546 a diretores e demais colaboradores elegíveis, respectivamente, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

**27. Estimativa do valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

				Conglomerado Financeiro		
				2021		
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado	2020		
				Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.357	19.357		25.206	25.206	
Títulos e valores mobiliários	11.995.892	11.995.892		8.467.500	8.467.500	
Instrumentos financeiros derivativos	381.973	381.973		324.517	324.517	
Operações com características de concessão de crédito	15.050.030	14.841.071	(208.959)	14.006.253	13.436.038	(570.215)
PASSIVO						
Depósitos	17.022.496	16.421.977	(600.519)	13.144.054	12.927.501	(216.553)
Captações no mercado aberto - carteira própria	7.000.537	7.000.537		2.299.294	2.299.294	
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.320.264	1.131.667	(188.597)	3.813.728	3.812.722	(1.006)
Obrigações por empréstimos e repasses	509.239	509.239		768.781	768.781	
Instrumentos financeiros derivativos	140.725	140.725		103.042	103.042	
Letras financeiras subordinadas	129.225	129.225		133.014	133.014	
				Banco		
				2021		
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado	2020		
				Valor Contábil	Valor Justo	Resultado não realizado
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.043.986	1.043.986		444.762	444.762	
Títulos e valores mobiliários	11.970.069	11.970.069		8.439.951	8.439.951	
Instrumentos financeiros derivativos	381.973	381.973		324.517	324.517	
Operações com características de concessão de crédito	13.817.902	13.608.943	(208.959)	13.020.578	12.450.363	(570.215)
PASSIVO						
Depósitos	19.548.420	19.487.953	(60.467)	15.586.100	15.369.547	(216.553)
Captações no mercado aberto - carteira própria	7.000.537	7.000.537		2.299.294	2.299.294	
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.320.264	1.318.536	(1.728)	3.813.728	3.812.722	(1.006)
Obrigações por empréstimos e repasses	509.239	509.239		508.813	508.813	
Instrumentos financeiros derivativos	140.725	140.725		103.042	103.042	
Letras financeiras subordinadas	129.225	129.225		133.014	133.014	

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Notas Explicativas



O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Conglomerado Financeiro a clientes montam R\$253.940 (2020 – R\$274.445) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

Com o advento da Resolução nº 4.512/16, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado do período findo em 30 de setembro de 2021 de R\$60 (2020 negativo em R\$91).

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado BMG, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Informações suplementares

Apresentamos abaixo a natureza e os efeitos dos resultados não recorrentes realizados no período findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020.

Conglomerado Financeiro e Banco		
	2021	2020
Lucro líquido do período	193.675	252.801
Amortização de ágio (i)	52.926	61.038
Redução de participação em controladas (ii)	(18.229)	(29.068)
Impostos a compensar, ajuste de depósitos judiciais e outros (iii)	(5.346)	
Total não recorrente	29.351	31.970
Lucro líquido do período sem os efeitos não recorrentes	223.026	284.771

- (i) Ágio na aquisição de investimentos, líquido de efeitos fiscais;
- (ii) Redução de participação na Granito Soluções em Pagamentos S.A em setembro de 2021 e redução de participação na CMG Corretora de Seguros em setembro de 2020, líquido de efeitos fiscais; e
- (iii) Impostos a compensar no montante de (R\$107.987) (vide nota 25c); baixa de depósitos judiciais de ações cíveis no montante de R\$98.484 e outras despesas administrativas no montante de R\$4.157.

Notas Explicativas



(d) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro BMG foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras intermediárias ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 18(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(e) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia de COVID-19, o Banco está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Banco adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perene na origem dos produtos.

Para clientes, o Banco estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Banco lançou o Volta pra Mim Farmácia – benefício temporário no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta. Além disso, o Banco realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Banco continua com a prática do *home office*.

Notas Explicativas



No âmbito social, o Banco segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, basicamente, ao resultado não operacional de equivalência patrimonial no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito, conforme descrito na nota 11.

(g) Eventos subsequentes

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

A efetiva conclusão da operação aguarda a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

29. Gestão de riscos

1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado do Bmg, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, crédito e operacional - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital.

O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancobmg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

1.1. Gerenciamento do Capital

O Banco optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado do Bmg, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

Fórum de Gestão do Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital.

O comitê é conduzido pela Diretoria Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basiléia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;

Notas Explicativas



- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Área de Riscos, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado do BMG, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na “Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização”.

1.2. Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes.

Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Destacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, taxas de retorno, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises etc.

O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados *bureaus* de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontarão eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

1.3. Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado do BMG entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco.

Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevendo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Prudencial BMG é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições.

Notas Explicativas



A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado a toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

1.4. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Conglomerado do BMG preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

1.5. Risco Operacional

O Conglomerado do BMG considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que qualquer evento que possa interferir adversamente o alcance dos objetivos seja identificado e tratado.

Neste sentido, a resposta ao risco compreende em evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir o risco, dentro dos parâmetros estabelecidos e avaliação do custo/benefício.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quando identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado do BMG.

A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando a implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado, conforme classificação do risco.

Todos os eventos de riscos que configurem perda operacional efetiva deverão ser controlados, de forma a identificar, com facilidade, as ocorrências da espécie e a sua documentação, tanto para atendimento à alta administração no seu gerenciamento, quanto para subsidiar o fornecimento de informações às autoridades supervisoras.

Notas Explicativas



1.6. Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento ao disposto no art.35 da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do “Programa de Testes de Estresse” conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- **Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- **Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco

	Efeito bruto no resultado				Efeito líquido no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	91.094	(91.094)	(182.188)	(273.282)	50.102	(50.102)	(100.204)	(150.305)
Qualidade de crédito (PCLD)	71.610	(71.610)	(143.221)	(214.831)	39.386	(39.386)	(78.772)	(118.157)
Taxas de captação	33.459	(33.459)	(66.917)	(100.376)	18.402	(18.402)	(36.804)	(55.207)
Provisões para contingências	33.600	(33.600)	(67.200)	(100.800)	18.480	(18.480)	(36.960)	(55.440)

(b) Risco de mercado

Em atendimento aos requerimentos da CVM o Banco BMG realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(665)	(1.663)	(3.325)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(44.062)	(110.155)	(220.309)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	1.355	3.388	6.777
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(3.335)	(8.336)	(16.673)
Total		(46.707)	(116.766)	(233.530)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Notas Explicativas

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

* * *

Marco Antonio Antunes

(Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores)

Paulo Augusto de Andrade

(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Damiana Abreu da Silva

CRC - 1SP251315/O-1
(Contadora Responsável)

Notas Explicativas

***Informações trimestrais consolidadas
preparadas de acordo com normas
internacionais de relatórios financeiros – IFRS
em 30 de setembro de 2021 e relatório do auditor
independente sobre as demonstrações financeiras***

***Os quadros das Informações trimestrais
consolidadas, são apresentados com base nas
informações do Consolidado em IFRS***



Notas Explicativas

1. Informações gerais

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Cifra S.A., Banco BCV S.A., Cifra Financeira S.A., CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., BMG Participações em Negócios Ltda. e sua controlada BMG Seguros S.A. e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 11/11/2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "Internacional Accounting Standard Board" ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio. As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram aplicadas utilizando o método retrospectivo modificado. Considerando esta opção, as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

**(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

			Participação em %	
Controladas	País de constituição	Atividade	2021	2020
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100
Banco BCV S.A.	Brasil	Banco	100	100
Banco Cifra S.A.	Brasil	Banco	100	100
Cifra Financeira S.A.	Brasil	Banco	100	100
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98
BMG Participações em Negócios Ltda.	Brasil	Holding	92,99	92,99
BMG Seguros S.A.	Brasil	Seguros	70	70
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99
CMG Corretora de Seguros	Brasil	Seguros	60	99,99
BMG Granito Soluções em Pagamentos S.A.	Brasil	Adquirente	45	65,01
			Participação em %	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios			2021	2020
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes			100	100

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

Na rubrica “Receitas de juros e rendimentos similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica “Despesas de juros e encargos similares”.

(ii) Transações com participações de não controladoras

O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os

Notas Explicativas



ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.3 Apresentação de informação por segmentos

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva junto ao Comitê Executivo (Comex), responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A administração separa as suas informações em dois segmentos operacionais: Banco de Varejo e Banco de Atacado.

Estes segmentos operacionais são descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas físicas.
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre da oferta de produtos e serviços bancários a pessoas jurídicas.

O resultado por segmento operacional encontra-se informado no quadro abaixo:

	2021				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	1.514.040	477.749	1.991.789	16.818	2.008.607
Receita de prestação de serviços	39.107	16.635	55.742	13.815	69.557
Resultado de intermediação financeira	1.553.147	494.384	2.047.531	30.633	2.078.164
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(485.266)	(185.770)	(671.036)	(91.784)	(762.820)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	59.610	90.866	150.476		150.476
Resultado bruto financeiro	1.127.491	399.480	1.526.971	(61.151)	1.465.820
Despesas totais	(996.072)	(568.110)	(1.564.182)	22.429	(1.541.753)
Resultado de participação em coligadas	10.666	27.230	37.896	(19.205)	18.691
Resultado operacional	142.085	(141.400)	685	(57.927)	(57.242)
Resultado não operacional		24.673	24.673	27.477	52.150
Imposto de renda e contribuição social	5.428	162.890	168.318	8.249	176.567
Lucro líquido	147.513	46.163	193.676	(22.201)	171.475

Notas Explicativas



	2020				
	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Total BRGAAP	Ajustes IFRS	Consolidado IFRS
Margem Financeira	1.579.300	529.544	2.108.844	11.755	2.120.599
Receita de prestação de serviços	39.415	2.673	42.088	31.849	73.937
Resultado de intermediação financeira	1.618.715	532.217	2.150.932	43.604	2.194.536
Despesa de prov. para créditos de liq. duvidosa	(542.888)	(88.607)	(631.495)	(57.086)	(688.581)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	66.267	13.299	79.566		79.566
Resultado bruto financeiro	1.142.094	456.909	1.599.003	(13.482)	1.585.521
Despesas totais	(1.003.079)	(260.989)	(1.264.068)	(77.272)	(1.341.340)
Resultado de participação em coligadas	7.046	(6.014)	1.032	(476)	556
Resultado operacional	146.061	189.906	335.967	(91.230)	244.737
Resultado não operacional		947	947	44.187	45.134
Participação estatutária		(46.672)	(46.672)	46.672	
Imposto de renda e contribuição social	(16.285)	(21.155)	(37.440)	(3.104)	(40.544)
Lucro líquido	129.776	123.026	252.802	(3.475)	249.327

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Banco, e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do período na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

2.5 Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, aplicações no mercado aberto de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revenda

O Grupo dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas "Aplicações no mercado aberto" e "Operações compromissadas", respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros



Notas Explicativas

auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em “Receitas de juros e rendimentos similares” e “Despesas de juros e encargos similares”, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no balanço patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

2.7 Ativos e passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).



Notas Explicativas

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

(ii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e
- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, estimam-se os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em “Despesas de juros e encargos similares”.

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção inicial.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:



Notas Explicativas

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O banco não possui *hedge* de investimento líquido em operações no exterior e *hedge* de valor justo.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulado que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de



Notas Explicativas

reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(i) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(e) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(f) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O Grupo mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perda de Crédito Esperada

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de

Notas Explicativas



empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

- Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
- Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;
- Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base

Notas Explicativas



em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por dação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por dação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico.

2.11 Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	Anos
Edificações	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.



Notas Explicativas

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o ágio, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20% para as instituições bancárias e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" para 25% a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, passando para 20% a partir de janeiro 2022.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).



Notas Explicativas

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento de principal ou juros apresentar atraso igual ou superior de 60 dias ou mais, o reconhecimento da receita de juros deixará de ocorrer.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Emitidos e Aplicáveis em Períodos Futuros

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Notas Explicativas



Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
- Mudanças nas taxas de juros.
- Mudanças nos índices de inflação.
- Regulamentação governamental e questões fiscais.
- Processos ou disputas judiciais adversas.
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

(a) Mensuração da provisão para redução do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado”

Os ativos classificados nesta categoria são mensurados através do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Grupo deve avaliar as perdas esperadas inerentes aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolvem critérios diversos de avaliação, tais como análise das características específicas de cada carteira de empréstimos e recebíveis as garantias existentes e risco das operações.

O Grupo utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme Nota 2.9. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda esperada observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para Grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

(b) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O Grupo revisa periodicamente suas causas judiciais que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. Para as causas classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial na rubrica Provisões, conforme detalhado na Nota 19.

Notas Explicativas



Os valores das provisões são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Grupo terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas quando for considerado provável que o Grupo terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

(d) Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa do Grupo sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, como segue:

- Fluxos de caixa projetados para os períodos das previsões disponíveis e às premissas de longo prazo destes fluxos;
- Taxas de desconto, pois geralmente refletem variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada por uma diretoria específica do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento de Risco do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa, princípios estes acompanhados pela revisão do Comitê de Análise de Ativos e Passivos ("ALCO").

4.1 Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico de atividade econômica que represente uma concentração na carteira mantida pelo Grupo podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito.

Exposições a este tipo de risco decorrem principalmente de operações de crédito diretas, indiretas (repasses por meio de agentes financeiros), e de outros instrumentos financeiros. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados pelo departamento de riscos.



Notas Explicativas

4.1.1 Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, sem considerar garantias recebidas ou outras melhorias de crédito.

	2021	2020
Disponibilidade	514.207	138.145
Aplicações no mercado aberto		25.001
Depósitos compulsórios Bacen	127.213	103.774
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.019.874	8.437.378
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.971.781	50.532
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	381.973	324.518
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	14.627.096	13.945.068
Off-balance	6.135.307	5.310.332
Avais e fianças	253.940	274.445
Créditos a liberar	5.881.367	5.035.887
Total da exposição máxima ao risco de crédito	33.777.451	28.334.748

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise contempla apenas os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito, os ativos não financeiros não são considerados.

Conforme a tabela acima, a exposição mais significativa advém dos empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os limites de riscos de crédito são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites autorizados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 4.1.4 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Grupo administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário, e são aprovados pelas alçadas competentes que são definidas pelo Comitê de Crédito Corporativo. O cartão de crédito consignado é um produto massificado de grande volume e baixo *ticket* médio, fato este que reduz o risco de concentração de crédito.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das formas de mitigação de risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Grupo implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias para operações de crédito são:

- Alienação fiduciária;
- Penhor Mercantil;
- Hipotecas;
- Nota Promissória;
- Carta fiança.

A ferramenta interna de classificação auxilia o Grupo a determinar a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9, com base nos critérios descritos na Nota 2.9.



Notas Explicativas

4.1.3 Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade dos ativos financeiros do Grupo, que são avaliados individualmente, é feita de acordo com a classificação interna de risco e é demonstrada conforme segue:

	2021		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	514.207		
Depósitos compulsórios no Banco Central	127.213		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	13.822.489	500.832	768.099
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.019.874		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	1.971.781		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	2.473		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	381.973		

	2020		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidade	138.145		
Aplicações no mercado aberto	25.001		
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.774		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Operações de crédito	13.008.840	335.304	748.639
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	8.437.378		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	50.532		
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	3.313		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	324.518		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos.

Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação.

O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada.

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Notas Explicativas



Técnicas de mensuração do risco de mercado

Valor em Risco (“VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor “máximo” que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um “período de manutenção das posições” (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e TJLP, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de *stress* são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

		2021		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(665)	(1.663)	(3.325)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(44.062)	(110.155)	(220.309)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	1.355	3.388	6.777
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(3.335)	(8.336)	(16.673)
Total		(46.707)	(116.766)	(233.530)

		2020		
Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	64	160	320
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	10	24	48
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(25)	(63)	(126)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	300	751	1.502
Total		349	872	1.744

Notas Explicativas



Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira *Banking*. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Disponíveis para Venda e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA / IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

- O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.
- O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.
- O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de *swap*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2021	2020
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	296.857	43.315
Total de ativos financeiros	296.857	43.315
Passivo		
Empréstimo no exterior (dólar)		259.968
Total de passivos financeiros		259.968
Total de derivativos – Ativo (dólar)	54.251	43.764
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(15.379)	(36.000)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	38.872	7.764

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2021 e de 2020, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, sobretudo, em reais.

Notas Explicativas



O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

				2021
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos compulsórios no Banco Central	127.213			127.213
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	41.321	186.620	154.032	381.973
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	49.316	384.142	9.586.416	10.019.874
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	7.918.047	2.814.296	3.894.753	14.627.096
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)		419.001	1.552.780	1.971.781
Total de ativos financeiros	8.135.897	3.804.059	15.187.981	27.127.937
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	9.762.105	3.891.776	13.523.526	27.177.407
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	20.983	118.960	782	140.725
Total de passivos financeiros	9.783.088	4.010.736	13.524.308	27.318.132

				2020
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	25.001			25.001
Depósitos compulsórios no Banco Central	103.774			103.774
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	44.521	13.992	266.004	324.517
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	483.938	131.255	7.822.185	8.437.378
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	5.202.878	3.453.658	5.392.307	14.048.843
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)		50.532		50.532
Total de ativos financeiros	5.860.112	3.649.437	13.480.496	22.990.045
Operações compromissadas ao custo amortizado (Nota 12)	2.299.294			2.299.294
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	2.451.843	5.145.161	11.631.173	19.228.177
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	19.351	55.071	28.620	103.042
Outros passivos financeiros	6.000			6.000
Total de passivos financeiros	4.776.488	5.200.232	11.659.793	21.636.513

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fatores de risco				
Pré-Fixado	1.289.642	2.619.256	539.757	1.029.519
Moeda estrangeira	1.942.304	1.300.921	967.908	558.425
IPCA	1.277.090		1.233.516	248.797
Outros	1.084.956	1.431.903	294.824	994.173
Total	5.593.992	5.352.080	3.036.005	2.830.914

Notas Explicativas



4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e disponibilizados a Tesouraria para a realização da tomada de decisão.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	2021				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	514.207				514.207
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	11.347.537	1.594.587	3.318.383	1.484.828	17.745.335
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM		384.678	10.249.774	2.653.479	13.287.931
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM		419.001		1.552.780	1.971.781
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	41.321	186.620	154.032		381.973
Total a receber	11.903.065	2.584.886	13.722.189	5.691.087	33.901.227
Depósitos					
Depósito à vista	208.895				208.895
Depósito a prazo	1.786.183	3.519.037	11.705.949	1.668.430	18.679.599
Obrigações por cessão	45.963	120.879	590.448		757.290
Depósitos interfinanceiros	23.120	58.094	670		81.884
Instrumentos financeiros derivativos	20.983	118.960	782		140.725
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	119.115	253.996	798.796	230.607	1.402.514
Obrigações por empréstimos e repasses	1.972	5.000	110.546	391.721	509.239
Letras financeiras subordinadas			18.890	110.335	129.225
Total a pagar	2.206.231	4.075.966	13.226.081	2.401.093	21.909.371
Diferença a receber (a pagar)	9.696.834	(1.491.080)	496.108	3.289.994	11.991.856

Notas Explicativas



	2020				
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	Total
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	138.145				138.145
Aplicações no mercado aberto	25.001				25.001
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	7.871.651	2.944.858	2.075.218	3.635.296	16.527.023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	483.938	131.254	6.306.783	3.182.881	10.104.856
Ativos financeiros ao valor justo por meio Resultado – TVM		50.532			50.532
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	44.521	13.992	266.005		324.518
Total a receber	8.563.256	3.140.636	8.648.006	6.818.177	27.170.075
Depósitos					
Depósito à vista	160.079				160.079
Depósito a prazo	1.376.771	1.901.558	8.912.802	2.167.603	14.358.734
Obrigações por cessão	49.827	120.879	590.448		761.154
Depósitos interfinanceiros	27.725	7.788	626		36.139
Instrumentos financeiros derivativos	19.351	55.070	28.621		103.042
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	572.703	2.642.644	207.576	2.827	3.425.750
Obrigações por empréstimos e repasses	260.448	8.566		499.767	768.781
Letras financeiras subordinadas				133.014	133.014
Total a pagar	2.466.904	4.736.505	9.740.073	2.803.211	19.746.693
Diferença a receber (a pagar)	6.096.352	(1.595.869)	(1.092.067)	4.014.966	7.423.382

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

Notas Explicativas



O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	30/09/2021	Basileia III 31/12/2020
Patrimônio de referência nível I	2.642.702	3.130.261
Capital Principal	2.533.380	3.016.583
– Patrimônio líquido (1)	4.111.361	4.242.045
– Ajustes Prudenciais – Res. 4.192/13 CMN	(1.577.981)	(1.225.462)
Capital complementar (2)	109.322	113.678
– Letras financeiras subordinadas	109.322	113.678
Patrimônio de referência nível II (2)	19.903	19.336
– Letras financeiras subordinadas	19.903	19.336
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)	2.662.605	3.149.597
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)	18.928.255	17.736.121
Alocação de capital:		
– Risco de crédito	17.537.237	16.903.395
– Risco de mercado	291.911	9.371
– Risco operacional	1.099.107	823.355
Índice de solvabilidade (a / b)	14,07%	17,76%
Capital nível I	13,96%	17,65%
– Capital principal	13,38%	17,01%
– Capital complementar	0,58%	0,64%
Capital nível II	0,11%	0,11%
– Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876 do BACEN - Parcela “IRRBB”	278.752	97.133
Índice de imobilização	49,03%	43,49%
Folga de imobilização	25.800	205.093

(1) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013; e

(2) Os instrumentos elegíveis a capital, Capital Complementar e Nível II, foram emitidos observadas as condições determinadas pela Resolução nº 4.192, de 01/03/2013, do CMN, com vencimento de opção de recompra, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil, em 5 anos a partir da data de emissão do instrumento.

4.7 Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2021.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	10.012.291	7.583	10.019.874
Valor Justo por meio do Resultado	1.934.030	37.751	1.971.781
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		381.973	381.973
Ativo Total	11.946.321	427.307	12.373.628
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		140.725	140.725
Passivo Total		140.725	140.725

Notas Explicativas



A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	8.432.492	4.886	8.437.378
Valor Justo por meio do Resultado		50.532	50.532
Valor Justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos		324.518	324.518
Ativo Total	8.432.492	379.936	8.812.428
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos		103.042	103.042
Outros passivos financeiros		6.000	6.000
Passivo Total		109.042	109.042

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, Grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados no Nível 3.

4.8 Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Grupo são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Grupo, exceto os passivos financeiros para negociação, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir é apresentada uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Grupo não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Notas Explicativas



	2021					2020
ATIVO	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Operações de crédito e arrendamento mercantil	13.660.516	14.882.462		14.882.462		14.882.462
PASSIVO						
Depósitos de clientes	16.370.407	16.427.647		16.427.647		16.427.647
Obrigações por empréstimos e repasses	509.239	509.239		509.239		509.239
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	893.688	1.131.666		1.131.666		1.131.666
Letras financeiras subordinadas	129.225	129.225		129.225		129.224
Outros passivos financeiros	676.001	676.001		676.001		676.001
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	1.598.310	1.598.310		1.598.310		1.598.310
						1.904.124

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas pré-fixadas tiveram seus valores atualizados pelo valor justo. A definição da taxa de valor justo foi baseada na taxa média por produto utilizada em todas as operações realizadas em setembro de 2021.
- Todas as operações passivas e ativas atreladas a taxas ou indexadores flutuantes ou pós-fixados, tais como CDI, IGP-M, IPCA, Dólar e INPC, foram consideradas já mensuradas a valor justo, uma vez que já estão atreladas a indexador que reflete as oscilações do mercado.
- Para se determinar os valores de valor justo, foi obtido o fluxo de caixa futuro de cada operação na taxa efetiva do contrato e trazido a valor presente pela taxa de mercado, conforme determinado anteriormente, que já inclui o risco de crédito da contraparte.

4.9 Garantias de operações de crédito

O Grupo utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente.

As operações de crédito que não são relativas a crédito consignado possuem as seguintes garantias conforme o produto:

2021				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	992.180	171.877	140.168	1.304.225
Nota Promissória		4.829	365.939	370.768
Cessão direitos creditórios		2.131.515		2.131.515
Penhor		305.554	33.273	338.827
Outros		18.338	254.231	272.569
TOTAL	992.180	2.632.113	793.611	4.417.904
2020				
Tipo de produto				
Tipo de garantia	Crédito direto ao consumidor	Capital de Giro	Outros	Total
Alienação fiduciária	877.403	172.734	56.017	1.106.154
Nota Promissória		4.886		4.886
Cessão direitos creditórios		2.220.273		2.220.273
Penhor		363.928	49.738	413.666
Outros		17.804	207.520	225.324
TOTAL	877.403	2.779.625	313.275	3.970.303

Notas Explicativas



Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios

Em 02 de março de 2020 foi integralizado aumento de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$1.000.000 visando maior eficiência operacional da Companhia e aproveitamento de recursos.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco BCV S.A. no montante de R\$334.903, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 16 de março de 2020 foi homologado pelo Banco Central do Brasil redução de capital no Banco Cifra S.A. no montante de R\$96.645, para absorção de prejuízos acumulados.

Em 22 de abril de 2020 foi efetuado aumento de capital na BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, no montante de R\$500.000. O Banco Central homologou a integralização do aumento de capital em 24 de junho de 2020.

Em 23 de abril de 2020 a controlada BMG Participações em Negócios adquiriu quotas de sócios minoritários no montante de R\$6.008. Tais quotas foram mantidas em tesouraria e não houve alteração na quantidade de quotas emitidas, desta forma, a participação do Banco no total das quotas emitidas foi mantida em 92,99%.

Em 06 de agosto de 2020 foi celebrado a venda de 40% das cotas da CMG Corretora de Seguros Ltda. para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., no montante de R\$44.800. A operação foi aprovada pelo CADE em 03 de novembro de 2020.

Em 11 de agosto de 2020 foi exercido o direito de preferência na aquisição de 1.741.290 novas ações da Granito Soluções em Pagamento S.A., com o desembolso de R\$12.000, aumentando a participação do capital social da companhia de 65,01% para 70%. Nesta mesma data foi pago proporcionalmente aos demais sócios o montante total de R\$ 3.000, integralizando a aquisição de mais 5% das ações de emissão da sociedade, aumentando a participação do capital social da companhia de 70% para 75%.

Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado contrato para aquisição de quotas da Raro Recrutamento em TI Ltda. pela CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda., uma sociedade controlada pelo Bmg. Com o fechamento da Operação, a CBFácil passou a ser titular de quotas representativas de 30% do capital social da Raro e de uma opção de compra para aumentar sua participação para 75%. O preço de aquisição total é de R\$3.529 e foi pago pela CBFácil em parcela única no dia 1º de fevereiro de 2021.

Em 05 de março de 2021, diante do cumprimento de todas as condições suspensivas, foi consumada a operação prevista no Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e Outras Avenças, celebrado pelo Banco Bmg, Banco Inter e Sócios Pessoas Físicas, com a interveniência e anuência da BMG Granito Soluções em Pagamento, estabelecido no memorando de entendimentos vinculante celebrado em 17 de novembro de 2020. A Operação se deu pela aquisição de 713.606 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo Bmg dos Sócios Pessoas Físicas, pelo preço total de R\$ 7.500 e, conjuntamente com a subscrição e integralização, pelo Inter, de 8.568.767 ações ordinárias de emissão da Granito, pelo preço de emissão total de R\$90.057. Como resultado da subscrição e integralização do Inter, o Banco Bmg registrou um resultado não operacional de equivalência patrimonial de R\$30.871 no trimestre findo em 30 de junho de 2021, bem como baixa total do ágio no montante de R\$22.985 (nota 24 (c)). Com o fechamento da Operação, o Banco e o Banco Inter passaram a deter, cada um, 45% do capital social da Granito e os Sócios Pessoas Físicas, em conjunto, passaram a deter os 10% remanescentes do capital social.

Em 02 de Julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimentos de participação acionária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com aquisição de 50% do capital social da sociedade holding ("NewCo"). O montante aproximado envolvido na operação foi de R\$150.000, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000. A conclusão está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais a esse tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de agosto de 2021 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$100.000.

Notas Explicativas



5. Disponibilidades

	2021	2020
Disponibilidades	514.207	138.145
Aplicações no mercado aberto		25.001
Total	514.207	163.146

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades” e “Aplicações no mercado aberto”, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	2021			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			141.156	141.156
Operações de crédito			15.091.420	15.091.420
Devedores diversos			803.594	803.594
Provisão para perdas por não recuperação (<i>Impairment</i>)			(1.430.904)	(1.430.904)
Depósitos compulsórios no Banco Central			127.213	127.213
Aplicação em depósito interfinanceiro			19.357	19.357
Títulos e Valores Mobiliários	1.971.781	10.019.874	2.473	11.994.128
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.478.843		1.478.843
Letras do Tesouro Nacional - LTN		1.032.977		1.032.977
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.526.260	5.969.303		7.495.563
Certificado de recebíveis imobiliários		94.313		94.313
Cotas de fundos de Investimento	37.751			37.751
Certificado de depósito bancário			2.473	2.473
Ações	407.770			407.770
Debêntures		1.444.438		1.444.438
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	381.973			381.973
Total	2.353.754	10.019.874	14.754.309	27.127.937
Circulante	646.942	433.458	10.859.556	11.939.956
Não circulante	1.706.812	9.586.416	3.894.753	15.187.981

	2020			
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			154.227	154.227
Operações de crédito			14.092.783	14.092.783
Devedores diversos			957.125	957.125
Provisão para perdas por não recuperação (<i>Impairment</i>)			(1.287.585)	(1.287.585)
Depósitos compulsórios no Banco Central			103.774	103.774
Aplicação em depósito interfinanceiro			25.206	25.206
Títulos e Valores Mobiliários	50.532	8.437.378	3.313	8.491.223
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.092.510		2.092.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN		464.003		464.003
Notas do Tesouro Nacional - NTN		4.349.772		4.349.772
Certificado de recebíveis imobiliários		94.504		94.504
Cotas de fundos de Investimento	50.532	4.886		55.418
Certificado de depósito bancário			3.313	3.313
Debêntures		1.431.703		1.431.703
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	324.517			324.517
Total	375.049	8.437.378	14.048.843	22.861.270
Circulante	109.045	615.193	8.656.536	9.380.774
Não circulante	266.004	7.822.185	5.392.307	13.480.496

Notas Explicativas



7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	2021		2020	
	Valor justo		Valor justo	
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Derivativo cambial	54.251	(15.379)	43.764	(36.000)
Derivativos de taxas de juros e índices	327.722	(125.346)	280.753	(67.042)
Total	381.973	(140.725)	324.517	(103.042)
Circulante	227.941	(139.943)	58.513	(74.422)
Não Circulante	154.032	(782)	266.004	(28.620)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nacional) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	2021		2020	
	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nacional)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	354.029	38.872	184.804	7.763
Derivativos de taxa de juros	1.495.926	(55.615)	387.760	(25.632)
Derivativos de índices	895.500	257.991	895.500	239.344
Total	2.745.455	241.248	1.468.064	221.475

(c) A composição dos valores de referência (nacional) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2021	2020
Até 30 dias	146.609	105.036
De 31 a 180 dias	1.078.816	325.271
De 181 a 360 dias	995.971	57.801
Acima de 360 dias	524.059	979.956
Total	2.745.455	1.468.064

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	575		1.209.352
Futuro de cupom de cambial (DDI)		(2.276)	1.451.176
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)	7.367		2.527.524
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(8.135)	2.813.914
Posição – 2021	7.942	(10.411)	8.001.966
Posição – 2020	4.979	(2.631)	9.384.370

(d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge

(i) Hedge de Risco de Mercado

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Grupo é o de proteger, da exposição à variação no risco de mercado, as captações de depósito a prazo pós-fixadas indexadas ao Dólar frente ao CDI.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das captações indexadas à variação cambial, o Banco negocia contratos de swap Dólar x DI. Em 05 de setembro de 2020 o Banco liquidou suas operações de captação indexadas à variação cambial objeto de *hedge* de Risco de Mercado, assim como os contratos de swap Dólar x DI

Notas Explicativas



designados como instrumento de *hedge* de Risco de Mercado. Em 30 de setembro de 2021 o Banco não possuía saldo em aberto de contratos de swap Dólar x DI designados como instrumentos de *hedge* de Risco de Mercado, assim como não possui saldo de captação indexado à variação cambial como objeto de *hedge* de Risco de Mercado. Em setembro de 2020 estes instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período no montante de R\$631.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utilizou contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de *hedge*. Em 16 de agosto de 2020 o Banco decidiu por descontinuar a designação do *hedge* de risco de mercado referente a exposição à variação dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom. O ajuste acumulado no passivo referente ao *hedge* é amortizado ao longo da vida do instrumento. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado do período, no montante de R\$31.839 (2020 – negativo em R\$70.772).

(ii) **Hedge de Fluxo de caixa**

O objetivo do relacionamento do *hedge* do Grupo é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Banco negociou contratos futuros de DI de 1 dia, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$43.679 (2020 – R\$5.602.679). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado devedor registrado no patrimônio líquido de R\$27.600 (2020 – devedor de R\$112), líquido dos efeitos tributários.

(e) **Gestão de instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “VaR” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de “stress”, acompanhados pelo ALCO.

Notas Explicativas



8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

Ao custo amortizado		
	2021	2020
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	141.156	154.227
Relações com correspondentes	3.578	15.717
Relações de interdependências	137.578	138.510
Operações de crédito líquido	13.660.516	12.805.198
Devedores diversos	803.594	957.125
Baixas sem financeiro (i)	509.399	597.943
Provisões aos valores não recuperáveis (i)	(66.741)	(158.509)
Recebíveis de transações de pagamento		299.724
Valor a receber pela cessão de recebíveis	116.187	13.688
Outros	244.749	204.279
TOTAL	14.605.266	13.916.550
Circulante	10.726.734	8.547.669
Não Circulante	3.878.532	5.368.881

(i) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito

(a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2021	2020
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	15.091.420	14.092.783
Provisão para perdas por não recuperação (<i>Impairment</i>)	(1.430.904)	(1.287.585)
Operações de crédito líquido	13.660.516	12.805.198
Circulante	9.781.984	7.436.317
Não Circulante	3.878.532	5.368.881

Notas Explicativas**(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)**

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	10.945.135	620.185	11.565.320
Pessoas físicas	6.299	5	6.304
CDC - Veículos	35	(25)	10
Carteira Comercial	2.057.372	193.483	2.250.855
Total	13.008.841	813.648	13.822.489
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	332.676	166.278	498.954
Pessoas físicas	2.161	(1.145)	1.016
Carteira Comercial	467	369	836
Total	335.304	165.528	500.832
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	706.700	31.213	737.913
Pessoas físicas	3.725	(330)	3.395
CDC - Veículos	84	(45)	39
Carteira Comercial	38.129	(11.377)	26.752
Total	748.638	19.461	768.099
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	11.984.511	817.676	12.802.187
Pessoas físicas	12.185	(1.470)	10.715
CDC - Veículos	119	(44)	75
Carteira Comercial	2.095.968	182.475	2.278.443
Total	14.092.783	998.637	15.091.420

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	8.815.793	2.129.342	10.945.135
Pessoas físicas	10.386	(4.087)	6.299
CDC - Veículos	36	(1)	35
Carteira Comercial	1.575.842	481.530	2.057.372
Total	10.402.057	2.606.784	13.008.841
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	327.175	5.501	332.676
Pessoas físicas	4.083	(1.922)	2.161
CDC - Veículos	46	(46)	
Carteira Comercial	5.295	(4.828)	467
Total	336.599	(1.295)	335.304
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	544.845	161.855	706.700
Pessoas físicas	1.507	2.218	3.725
CDC - Veículos	81	3	84
Carteira Comercial	71.016	(32.887)	38.129
Total	617.449	131.189	748.638
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	9.687.813	2.296.698	11.984.511
Pessoas físicas	15.976	(3.791)	12.185
CDC - Veículos	163	(44)	119
Carteira Comercial	1.652.153	443.815	2.095.968
Total	11.356.105	2.736.678	14.092.783

Notas Explicativas



(c) Perda de crédito esperada

Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	391.648	1.379	393.027
Pessoas físicas	279	1	280
CDC - Veículos	2	(1)	1
Carteira Comercial	51.742	8.277	60.019
Total	443.671	9.656	453.327
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	183.801	88.052	271.853
Pessoas físicas	761	(419)	342
CDC - Veículos		7	7
Carteira Comercial	157	(41)	116
Total	184.719	87.599	272.318
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	638.735	49.900	688.635
Pessoas físicas	2.517	18	2.535
CDC - Veículos	81	(46)	35
Carteira Comercial	17.862	(3.808)	14.054
Total	659.195	46.064	705.259
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2021	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 30/09/2021
CDC - Crédito Pessoal	1.214.184	139.331	1.353.515
Pessoas físicas	3.557	(400)	3.157
CDC - Veículos	83	(40)	43
Carteira Comercial	69.761	4.428	74.189
Total	1.287.585	143.319	1.430.904

Notas Explicativas



Estágio 1	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	323.776	67.872	391.648
Pessoas físicas	461	(182)	279
CDC - Veículos	2		2
Carteira Comercial	54.254	(2.512)	51.742
Total	378.493	65.178	443.671
Estágio 2	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	172.632	11.169	183.801
Pessoas físicas	1.466	(705)	761
CDC - Veículos	6	(6)	
Carteira Comercial	1.372	(1.215)	157
Total	175.476	9.243	184.719
Estágio 3	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	473.394	165.341	638.735
Pessoas físicas	1.179	1.338	2.517
CDC - Veículos	74	7	81
Carteira Comercial	31.801	(13.939)	17.862
Total	506.448	152.747	659.195
Consolidado dos 3 estágios	Saldo Inicial em 01/01/2020	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2020
CDC - Crédito Pessoal	969.802	244.382	1.214.184
Pessoas físicas	3.106	451	3.557
CDC - Veículos	82	1	83
Carteira Comercial	87.427	(17.666)	69.761
Total	1.060.417	227.169	1.287.585

Notas Explicativas



(d) Detalhes por setor de atividade

	2021	2020
Setor Privado:		
Indústria	138.519	125.810
Comércio	98.471	100.328
Intermediários financeiros	161.156	166.520
Outros serviços	1.792.739	1.603.696
Pessoas físicas	12.900.535	12.096.429
Total	15.091.420	14.092.783

Por prazo de vencimento

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	791.425	5,2%	703.323	5,0%
Vencidos há menos de 14 dias	70.251	0,5%	27.883	0,2%
A vencer:				
Até 30 dias	8.044.007	53,2%	4.762.059	33,8%
De 31 a 60 dias	439.137	2,9%	493.273	3,5%
De 61 a 90 dias	325.228	2,2%	409.061	2,9%
De 91 a 180 dias	574.004	3,8%	849.860	6,0%
De 181 a 360 dias	780.082	5,2%	1.280.159	9,1%
Acima de 360 dias	4.067.286	27,0%	5.567.165	39,5%
Total	15.091.420	100%	14.092.783	100%

(e) Movimentação da provisão para perdas por não recuperação (impairment)

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo em 1º de janeiro	1.287.585	1.060.347
Adição de provisão	762.820	688.581
Baixa de provisão	(619.501)	(503.737)
Saldo Total	1.430.904	1.245.191

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos períodos findos em 30/09/2021 e 31/12/2020.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	TOTAL
Em 31/12/2020						
Custo	16.686	117.046	152.135	1.992	9.031	296.890
Depreciação acumulada	(12.974)	(96.145)	(89.556)	(707)	(5.402)	(204.784)
Saldo contábil, líquido	3.712	20.901	62.579	1.285	3.629	92.106
Em 30/09/2021						
Saldo inicial	3.712	20.901	62.579	1.285	3.629	92.106
Adições		13.700	7.297	337	1.098	22.432
Baixas		(5.819)	(9.984)	(189)	(781)	(16.773)
Depreciação		(6.186)	(6.086)	(183)	(813)	(13.268)
Custo	16.686	124.927	149.448	2.140	9.348	302.549
Depreciação acumulada	(12.974)	(102.331)	(95.642)	(890)	(6.215)	(218.052)
Saldo contábil, líquido	3.712	22.596	53.806	1.250	3.133	84.497

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado.

10. Intangível

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	1.215.701	1.030.631
Ágio na aquisição de controlada (Adição/Baixa)	(17.795)	7.138
Outros Intangíveis (Adição/Baixa)	30.752	177.932
Saldo em no final do período	1.228.658	1.215.701
	30/09/2021	31/12/2020
Ágio na aquisição de controlada	1.000.983	1.018.778
Outros Intangíveis	227.675	196.923
Saldo contábil, líquido	1.228.658	1.215.701

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BCV S.A. , foi apurado um ágio no montante de R\$995.585.

Em setembro de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

O ágio apurado na aquisição do Banco BCV S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 30/09/2021.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensibilizadas de 10% a 15% e perpetuidade sensibilizadas de 3% a 5%.

Notas Explicativas**11. Outros ativos**

	2021	2020
Despesas antecipadas com operação de seguros	334.641	300.410
Prêmios de seguros a receber	248.645	241.273
Ativos de direito de uso	108.102	111.740
Outros ativos	136.911	67.087
Total	828.299	720.510
Circulante	571.147	448.530
Não Circulante	257.152	271.980

12. Passivos financeiros**Classificação por natureza e categoria**

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 30/09/2021 e 31/12/2020 está demonstrada abaixo:

	2021		
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		16.370.407	16.370.407
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		1.598.310	1.598.310
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		509.239	509.239
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		893.688	893.688
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		129.225	129.225
Outros passivos financeiros (nota 18)		676.001	676.001
Operações compromissadas		7.000.537	7.000.537
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	140.725		140.725
Total	140.725	27.177.407	27.318.132
Circulante	139.943	13.653.881	13.793.824
Não circulante	782	13.523.526	13.524.308

Notas Explicativas



			2020
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes (nota 15)		12.392.917	12.392.917
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)		1.904.124	1.904.124
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)		768.781	768.781
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16)		3.401.239	3.401.239
Letras financeiras subordinadas (nota 17)		133.014	133.014
Outros passivos financeiros (nota 18)		628.102	628.102
Operações compromissadas		2.299.294	2.299.294
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	103.042		103.042
Outros passivos financeiros (nota 18)	6.000		6.000
Total	109.042	21.527.471	21.636.513
Circulante	80.422	9.896.298	9.976.720
Não circulante	28.620	11.631.173	11.659.793

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	2021	2020
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	1.598.310	1.904.124
Total	1.598.310	1.904.124
Circulante	166.842	169.332
Não Circulante	1.431.468	1.734.792

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2021	2020
Empréstimos no exterior (i)		259.968
Compromissos a pagar – FGC (ii)	507.267	499.767
Repasses País – Finame / Crédito Rural	1.972	9.046
Total	509.239	768.781
Circulante	6.972	269.014
Não Circulante	502.267	499.767

Prazos:

Até 30 dias	1.972	480
De 61 a 90 dias		259.968
De 91 a 180 dias	5.000	8.566
Após 360 dias	502.267	499.767
Total	509.239	768.781

- (iii) O empréstimo obtido junto à Agência Itaú Unibanco S.A. – Nassau foi liquidado em setembro de 2021; e.
- (iv) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

Notas Explicativas

**15. Depósito de clientes**

	2021	2020
Depósito à vista	208.895	160.079
Depósitos interfinanceiros	81.820	36.122
Depósito a prazo	16.079.692	12.196.716
Total	16.370.407	12.392.917
Circulante	5.509.850	3.411.520
Não Circulante	10.860.557	8.981.397

Prazos

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Em 30/09/2021							
Depósito à vista	208.895						208.895
Depósitos interfinanceiros	1.012	8.013	14.073	18.208	39.856	658	81.820
Depósito a prazo	1.286.193	316.238	178.292	675.193	2.763.877	10.859.899	16.079.692
Em 31/12/2020							
Depósito à vista	160.079						160.079
Depósitos interfinanceiros		27.725			7.789	608	36.122
Depósito a prazo	911.079	214.424	247.249	991.898	851.277	8.980.789	12.196.716

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras

	2021	2020
Letras Financeiras	763.551	3.301.532
Letras de Crédito Agronegócio	91.356	80.647
Letras de Crédito Imobiliário	38.781	19.060
Total	893.688	3.401.239
Circulante	353.974	3.197.329
Não Circulante	539.714	203.910

Prazos	2021	2020
Até 30 dias	61.431	3.465
De 31 a 60 dias	31.015	43.813
De 61 a 90 dias	26.621	25.694
De 91 a 180 dias	79.885	586.311
De 181 a 360 dias	155.022	2.538.046
Após 360 dias	539.714	203.910
Total	893.688	3.401.239

Notas Explicativas

**17. Letras financeiras subordinadas**

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de juros (a.a.)	2021	2020
No País (ii):						
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	R\$	124% do CDI	5.646	5.475
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	R\$	122% do CDI	13.244	12.850
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	R\$	124% da SELIC	1.013	1.011
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	R\$	IPCA + 6,60% a 6,67%	108.108	112.465
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	R\$	126% a 130% da SELIC	1.214	1.213
Total					129.225	133.014
Não Circulante					129.225	133.014

- (ii) Captação efetuada mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192, de 1º/3/2013; e;
- (iii) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Bmg.

O Grupo realizou a liquidação e pagamento de principal e juros das dívidas subordinadas emitidas no exterior, com vencimento em 05 de novembro de 2019 e 05 de agosto de 2020, no montante de R\$977.894 e R\$ 899.763, respectivamente.

18. Outros passivos financeiros

	2021	2020
Obrigações sociais e estatutárias	181.830	148.787
Compromissos a pagar – Cartão	50.701	175.236
Cartão - Transações parceladas sem juros	213.905	180.884
Operações de arrendamento	106.002	112.994
Outros credores	123.563	10.201
Total	676.001	628.102
Circulante	615.706	549.810
Não Circulante	60.295	78.292

Notas Explicativas



19. Provisões

	Provisões tributárias e previdenciárias (i)	Provisões trabalhistas (ii)	Reclamações cíveis (iii)	Total
Saldo no início do exercício – 2020	37.875	103.740	477.310	618.925
Constituição	23.539	30.596	341.787	395.922
(Reversão/Utilização)	(8.833)	(55.179)	(331.320)	(395.332)
Saldo no final do exercício – 2020	52.581	79.157	487.777	619.515
Constituição	10.414	17.904	355.806	384.124
(Reversão/Utilização)	(63)	(19.740)	(268.755)	(288.558)
Saldo no final do período – 2021	62.932	77.321	574.828	715.081

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações cíveis	Total
30/09/2021				
Provisões	62.932	77.321	574.828	715.081
Depósitos judiciais	(216.415)	(27.414)	(123.070)	(366.899)
31/12/2020				
Provisões	52.581	79.157	487.777	619.515
Depósitos judiciais	(109.537)	(30.684)	(252.309)	(392.530)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O Grupo, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes - Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Passivos contingentes – São classificados e demonstrados juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue:

(i) Provisão para riscos fiscais - As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$906.823 (31/12/2020 – R\$733.817), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

- f) CSLL – Lei nº 7.689/88 – R\$224.463 (31/12/2020 - R\$262.506): decisão judicial transitada em julgado que declarou o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos em que foi instituída pela Lei nº 7.689/88;
- g) IRPJ/IRRF/CSLL 2012, 2014 e 2015 – R\$211.251 (31/12/2020 - R\$133.185): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;
- h) PIS e COFINS – R\$96.201 (31/12/2020 - R\$71.464): Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: discute-se a dedução das perdas com créditos nos termos da Lei nº 9.718/98;
- i) INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$32.271 (31/12/2020 – R\$31.906): questiona o recolhimento da parcela patronal sobre as participações dos Administradores, nos termos da Lei nº 8.212/91; e
- j) SAT – Lei nº 11.430/06 – R\$27.773 (31/12/2020 - R\$25.372): discute-se a inconstitucionalidade e ilegalidade do SAT nos termos do artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, introduzido pela Lei nº 11.430/06, com o consequente reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue as Associadas da Autora ao cumprimento de tais dispositivos, mantendo-se as redações originais regulamentares e legais.

Notas Explicativas



(ii) **Provisões Trabalhistas** – A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido, fase processual e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Os processos contingentes de ações trabalhistas avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Não há causas classificadas com risco de perda possível em 30 de setembro de 2021, tais processos estão classificados com possibilidade de perda provável ou remota no Conglomerado Financeiro e no Banco.

(iii) **Provisões Cíveis** - A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Os processos cíveis são em geral decorrentes de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Os processos contingentes de ações cíveis avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$672.126 (31/12/2020 – R\$614.820), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças.

20. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes e diferidos

O Grupo apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda (i)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (i)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	20,00%

(i) Vide nota 2.15

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2021	2020
Ativo de imposto diferido:		
A ser recuperado em até 12 meses	602.159	602.159
A ser recuperado depois de 12 meses	2.207.791	1.764.885
Total de ativo de imposto diferido (i)	2.809.950	2.367.044
Passivo de imposto diferido:		
A ser liquidado em até 12 meses	73.784	80.290
Total de passivo de imposto diferido	73.784	80.290
Ativo de imposto diferido líquido	2.736.166	2.286.754

Notas Explicativas



(i) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Créditos tributários		
Sobre adições temporárias	2.153.902	1.949.171
Sobre prejuízos fiscais / base negativa	760.619	778.766
Contribuição social - MP 2.158/35	547	547
Ajuste valor de mercado no patrimônio	256.989	17.155
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de prática contábil entre BACEN GAAP e IFRS	(362.107)	(378.595)
Total de ativo de imposto diferido	2.809.950	2.367.044

Os créditos oriundos de diferenças temporárias ou prejuízos fiscais / bases negativas foram registrados pelo Grupo.

O Grupo adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas. Em 30 de setembro de 2021 esses saldos têm as seguintes características:

- Os créditos tributários relacionados a adições temporárias referem-se principalmente a contingenciamentos discutidos judicialmente cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais e provisão para crédito de liquidação duvidosa cuja realização depende dos critérios de dedutibilidade nos termos da Lei nº 9.430/96.

(a) A movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo final em 31/12/2020	547	1.949.171	778.766	17.155	(378.595)	2.367.044
Constituição		660.595	(2.800)	256.989	16.488	931.272
(Reversão/ Utilização)		(455.864)	(15.348)	(17.155)		(488.367)
Saldo final em 30/09/2021	547	2.153.902	760.619	256.989	(362.107)	2.809.950

	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Ajuste a valor de mercado no patrimônio	Outros	Total
Saldo final em 31/12/2019	622	1.935.144	788.785	1.655	(391.309)	2.334.897
Constituição	(75)	568.376	6.256	17.161	12.714	604.432
(Reversão/ Utilização)		(554.349)	(16.275)	(1.661)		(572.285)
Saldo final em 31/12/2020	547	1.949.171	778.766	17.155	(378.595)	2.367.044

Os efeitos decorrentes dos ajustes de prática contábil estão incluídos na coluna de "Outros".

(b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social na demonstração de resultado

	30/09/2021		30/09/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IR/CS	(5.092)	(5.092)	289.871	289.871
Juros sobre capital próprio	(138.677)	(138.677)	(60.040)	(60.040)
Participações estatutárias	(65.599)	(65.599)	(46.672)	(46.672)
Adições (exclusões) permanentes:				
IR e CS sobre Juros Selic - Repetição de indébito (i)	(107.987)	(107.987)		
Equivalência patrimonial	(30.870)	(30.870)		
Variação cambial de investimento no exterior	(6.189)	(6.189)		
Inovação tecnológica - Lei 11.196/05	(54.600)	(54.600)	(31.764)	(31.764)
Outros	(91.346)	(91.346)	(60.905)	(61.788)
Base de cálculo	(500.360)	(500.360)	90.490	89.607
Alíquota base	58.856	78.474	(13.574)	(17.921)
Alíquota adicional	39.237		(9.049)	
Despesa (Receita) com Imposto de Renda e Contribuição Social	98.093	78.474	(22.623)	(17.921)

- (i) Efeito da decisão do STF - Tema nº 962 - Não incidência de IRPJ e CSLL sobre valores atualizados pela taxa Selic decorrentes de ação judicial de repetição de indébito tributário.

Notas Explicativas**(c) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto**

As alíquotas efetivas de impostos são:

	2021	2020
Resultado antes da tributação	(5.092)	289.871
Imposto sobre a renda	176.567	(40.544)
Alíquota efetiva	(3.467,54%)	(13,99%)

21. Outros passivos

	2021	2020
Obrigações de operações de seguros	678.739	628.241
Provisão para pagamentos a efetuar	222.571	303.311
Credores diversos	478.040	743.099
Total – Circulante	1.379.350	1.674.651
Circulante	942.738	1.390.165
Não Circulante	436.612	284.486

Notas Explicativas



22. Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.742.571, representado por 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações, das quais 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil e cento e noventa e oito) ações ordinárias e 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e treze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 18 de março de 2020, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 11.981.100 (onze milhões, novecentos e oitenta e um mil e cem) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 10 de dezembro de 2019. Com isso, o Banco encerrou nesta mesma data, por antecipação, o programa de recompra de ações de emissão própria aprovado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2019.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 10.700.112 (dez milhões, setecentos mil e cento e doze) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Em reunião realizada em 30 de março de 2021, o Conselho de Administração do Banco, deliberou o cancelamento 8.242.120 (oito milhões, duzentos e quarenta e dois mil, cento e vinte) ações preferenciais de emissão do Banco mantidas em tesouraria ("Ações"), sem redução do valor do capital social do Banco, adquiridas por meio do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em reunião realizada em 18 de março de 2020. Em função do cancelamento das ações, o capital social do Banco permanece inalterado, passando a ser dividido em 583.232.411 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e trinta e dois mil e quatrocentos e onze) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 183.225.057 (cento e oitenta e três milhões, duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta e sete) ações preferenciais.

Na mesma reunião, o Conselho de Administração do Banco, aprovou novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição de até 9.905.227 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos e vinte e sete) de ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,0% (dez por cento) das ações em circulação para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante §§ 1º e 2º do artigo 30 da Lei das S.A. e ICVM 567/15.

Ações em tesouraria					
	Ações em tesouraria 31/12/2020	Aquisição de ações de emissão própria	Cancelamento de ações de emissão própria	Pagamento de incentivo de longo prazo	Ações em tesouraria 30/09/2021
Quantidade	3.592.500	5.254.500	(8.242.120)	(553.773)	51.107
Saldo em milhares de reais	(13.797)	(25.774)	36.912	2.405	(254)

Movimentação na quantidade ações				
	31/12/2020	Cancelamento	Conversão de ações	30/09/2021
Ordinária	400.007.354		(27.311.156)	372.696.198
Preferencial	191.467.177	(8.242.120)	27.311.156	210.536.213
Saldo	591.474.531	(8.242.120)		583.232.411

Quantidade de ações em circulação (i)			
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2020	2.562.714	103.934.988	106.497.702
Variação em ações em tesouraria		(4.700.727)	(4.700.727)
Variação das ações detidas por controladores e administradores		(244.557)	(244.557)
Conversão de ações	(1.311.156)	1.311.156	
Em 30/09/2021	1.251.558	100.300.860	101.552.418

- (ii) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 62, ICVM 480/09, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

**(b) Outros Resultados Abrangentes**

Em setembro de 2021 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$241.634 (30/09/2020 – negativo em R\$53.093). O saldo em 30/09/2021 é negativo em R\$234.028 (31/12/2020 – positivo em R\$7.606) e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	2021	2020
Reserva de Lucros		
Legal	124.875	115.191
Incentivos fiscais	5.894	5.680
Estatutária	394.259	386.072
Total	525.028	506.943

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista. Cabendo ressaltar que, durante o exercício de 2020, o Banco observou o disposto na Resolução CMN nº 4.820/20.

Em 30 de setembro de 2021 foi provisionado o montante de R\$138.677 a título de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento será definido e deliberado em ata.

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os ajustes referentes às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

23. Lucro por ação**(a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

Lucro por ação	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	171.239	252.302
Quantidade média ponderada de ações emitidas	584.404.370	587.882.031
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,2930	0,4292

Notas Explicativas



24. Resultado

(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares

Apresentamos a seguir a composição das receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares:

	2021	2020
Receita de juros e rendimentos similares	3.239.795	2.953.282
Juros sobre operações de crédito	2.752.364	2.798.922
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	4.422	11.089
Juros e marcação a mercado de outros ativos financeiros	483.009	143.271
Despesa de juros e encargos similares	(1.230.886)	(717.591)
Captação no mercado	(259.440)	(72.853)
Empréstimos e repasses	(16.770)	(16.366)
Depósitos a prazo	(954.676)	(628.372)
Total	2.008.909	2.235.691

(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

	2021	2020
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	5.857	(412.225)
Resultado de operações com futuro	111.531	413.673
Total	117.388	1.448

(c) Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Salários e encargos sociais	(203.527)	(226.041)
Benefícios	(112.046)	(99.319)
Treinamento	(906)	(3.051)
Depreciação e amortização (i)	(82.444)	(42.095)
Marketing	(106.941)	(89.526)
Promoções e relações públicas	(735)	(10.497)
Comunicações	(37.728)	(30.724)
Processamento de dados	(113.741)	(76.379)
Seguros	(4.114)	(3.022)
Serviços de terceiros	(97.645)	(104.598)
Serviços técnicos especializados	(206.763)	(184.633)
Materiais diversos	(2.257)	(6.056)
Taxas e emolumentos bancários	(14.423)	(17.632)
Transportes	(4.570)	(6.075)
Viagens	(5.870)	(5.802)
Despesa com operações de arrendamento	(25.306)	(21.199)
Outras despesas administrativas	(35.353)	(60.237)
Total	(1.054.369)	(986.886)

(i) Em setembro de 2021 contempla baixa de ágio referente operação de redução da participação da Granito Soluções em Pagamentos S.A, no montante de R\$22.985 (nota 4.10).

(d) Despesas tributárias

No período findo em 30 de setembro de 2021, o saldo total de despesas tributárias foi de R\$117.960 (2020 – R\$116.540). Este valor refere-se basicamente a despesas de PIS (Programa de Integração Social) no montante de R\$14.974 (2020 – R\$14.427) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$90.936 (2020 – R\$89.936).

Notas Explicativas**(e) Outras receitas e despesas operacionais**

	2021	2020
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	17.200	4.544
Variação monetária e cambial ativa	20.301	10.559
Receita com operações de seguro	107.331	71.938
Ganho de Participação Societária	29.894	44.042
Atualização de impostos a compensar	5.539	3.949
Participação sobre prêmios emitidos	3.000	9.000
Receitas com franquias	7.670	9.740
Outras	4.277	22.024
Total	195.212	175.796
	2021	2020
Outras despesas operacionais		
Variação monetária e cambial passiva	(1.741)	(5.777)
Despesas de cobranças	(11.808)	(10.914)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(69.606)	(66.449)
Despesas de provisões operacionais (i)	(518.593)	(273.232)
Outras	(80.848)	(129.836)
Total	(682.596)	(486.208)
Total outras receitas (despesas) operacionais	(487.384)	(310.412)

(i) Na rubrica “Despesa de provisões operacionais” está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

25. Receitas de prestação de serviços

No período findo em 30 de setembro de 2021, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$69.557 (2020 – R\$73.937). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$11.030 (2020 – R\$12.329) e receita com intercâmbio de cartões R\$28.220 (2020 – R\$20.307).

26. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 30 de setembro de 2021 e 2020 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido BRGAAP	193.675	252.801
Constituição da reserva legal (5%)	(9.684)	(12.640)
Base de cálculo dos dividendos	183.991	240.161
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	45.998	60.040

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas



27. Transações com partes relacionadas

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

Partes Relacionadas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2021	2020	30/09/2021	30/09/2020
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	1.024.629	419.556	21.192	9.715
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros				
Cartões Consignados II	1.321.273		24.714	
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	14.130	2.811		184
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	22.221	21.175	582	2.479
Rendas a Receber				
Banco Cifra S.A.	3.711	2.433		
Banco BCV S.A.	6.187	4.081		
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	6.442	4.909		
Cifra S.A. Créd. Fin. Invest.	82	19		
Outros Créditos				
Banco Cifra S.A.	109			
Banco BCV S.A.	5.953	170		
Serviços de Cobrança				
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.		55		
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(307)	(148)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	5	(20)		
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(54)	(110)		
Help Franchising	(468)	(366)		
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(1.015)	(513)		
ME Promotora de Vendas Ltda.	(721)	(8)		
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(5)	(5)		
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(220)	(33)		
Cmg Corretora De Seguros	(112)	(2.114)		
Granito Soluções em Pagamentos S.A.	(540)	(11.969)		
Depósitos interfinanceiros				
Banco BCV S.A.	(1.013.422)	(960.211)	(28.794)	(23.493)
Banco Cifra S.A.	(630.319)	(617.152)	(18.839)	(14.675)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(870.325)	(852.847)	(25.454)	(11.239)
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(9.360)	(9.447)	(284)	(232)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	(3.583)	(5.057)	(129)	(157)
Help Franchising	(11.866)	(13.339)	(298)	(302)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(8.948)	(7.257)	(193)	(189)
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(506.776)	(598.141)	(15.112)	(9.869)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(377)	(379)	(15)	(16)
Bmg Participações Em Negócios Ltda.	(14.832)	(21.759)	(538)	(296)
Cmg Corretora De Seguros	(6.896)	(8.143)	(216)	(188)
Obrigações por letras financeiras				
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(426.454)	(412.338)	(29.457)	(15.021)
Outras obrigações				
Banco Cifra S.A.		(13)		
Banco BCV S.A.	(6.276)	(35.330)		
Cifra S.A. Créd., Fin. Invest.	(442)	(146)		
EGL – Empreendimentos Gerais Ltda.	(2.444)	(276)		

(b) Benefícios de curto prazo a administradores

	2021	2020
Remuneração	22.813	18.907
Contribuição INSS	9.532	4.254
Total	32.345	23.161

Notas Explicativas



(c) Pagamento baseado em ações

Com objetivo de estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo e alinhamento entre interesses de colaboradores, diretores e acionistas do Grupo Bmg possibilitando a Companhia atrair e reter talentos, maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável, foi implantando em 2020 um Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, cuja supervisão, planejamento e controle compete ao Conselho de Administração.

Este programa permite que diretores e demais colaboradores elegíveis recebam ações preferenciais de emissão da Companhia "BMGB4", como um incentivo de longo prazo compondo suas respectivas remunerações variáveis ("Performance Shares Units" ou "PSU"), observadas, quando aplicáveis, as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10, o Pronunciamento Técnico CPC 10 "Pagamento Baseado em Ações" e a Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A quantidade de ações a ser outorgadas no âmbito do presente plano não ultrapassará 10% das ações em circulação na data de 18 de março de 2020 e serão avaliadas de acordo com a média ponderada do preço de fechamento da ação nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da apuração do PSU.

Alinhado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo com pagamento baseado em Ações, o Banco pagou no período findo em 30 de setembro de 2021 o montante de R\$1.859 e R\$546 a diretores e demais colaboradores elegíveis, respectivamente, líquido dos efeitos tributários.

(d) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução nº 4.693, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante ao atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco Bmg estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo do Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido a disposição do Banco Central do Brasil.

(e) Participação acionária

Os membros do conselho de administração e da diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Bmg:

2021		
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Outros	583.232.411	100
Total	583.232.411	100
2020		
Ações ordinárias e preferenciais	Quantidade	%
Membros do Conselho / Diretoria Executiva	210.354.816	35,6%
Outros	381.119.715	64,4%
Total	591.474.531	100%



Notas Explicativas

28. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Grupo a clientes montam R\$253.940 (2020 – R\$274.445) e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.

(b) Outras Informações

(i) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Conglomerado Bmg, ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(ii) Impactos da pandemia decorrente da COVID 19 (Coronavírus)

Em consonância com o Ofício n.º 02/2020 emitido pela CVM, diante da pandemia da COVID-19, o Grupo está pensando em todos e por isso vem tomando todas as medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

Mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Grupo adaptou sua forma de relacionamento com os clientes, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

O cenário de incertezas causado pela Pandemia COVID-19 trouxe aumento nas perdas esperadas, para o qual tem-se mantido monitoramento contínuo. Em resposta, o Grupo constituiu, no exercício de 2020, uma provisão adicional no valor de R\$20.000 no estágio 1. Esta provisão foi calculada com base na análise dos potenciais efeitos macroeconômicos e levaram em consideração não somente indicadores quantitativos e qualitativos, mas também a adequada e acurada identificação dos riscos e uma avaliação coletiva das exposições.

O relacionamento com seus principais parceiros se refinou ainda mais, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, criando assim uma nova alternativa perene na originação dos produtos.

Para clientes, o Grupo estendeu benefícios focados nas necessidades do momento. O Volta pra Mim Farmácia - no qual ao utilizar os cartões Bmg de débito ou crédito em farmácias, os clientes têm parte do dinheiro gasto de volta para a conta – segue até o final de agosto. Além disso, o Grupo realizou uma parceria com a rede de farmácia Pague Menos para desconto de até 30% ao apresentar o cartão de crédito Bmg.

Para os colaboradores, com a comprovação do engajamento e da produtividade, o Grupo continua com a prática do *home office*.

No âmbito social, o Grupo segue fazendo doações, para criação de estruturas exclusivas de combate ao vírus em hospitais e de cestas básicas para distribuição em comunidades carentes.

A rápida resposta e adaptação do Grupo diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

(c) Fatos relevantes

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, o Grupo Financeiro Bmg foi objeto de medida de busca e apreensão em Operação intitulada “Macchiato”, decorrência dos desdobramentos da Operação “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, investigando supostos ilícitos relacionados a crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro que teriam sido alegadamente praticados por determinados executivos e colaboradores do Banco no período entre 2014 e 2016.

Em conexão com, e anteriormente a essa investigação criminal, o Banco havia sido autuado pela Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores. Essas autuações foram, dentro dos

Notas Explicativas



prazos legais, defendidas e impugnadas administrativamente, com apoio de assessor jurídico especializado em causas tributárias, e aguarda decisão final dos órgãos competentes.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi deliberado pela criação de um Comitê Especial nomeado ad hoc para conduzir uma análise profunda e detalhada relativas aos fatos, dotado de recursos humanos e financeiros próprios conforme necessário para o irrestrito e completo cumprimento de suas atribuições. Nesse contexto, foi contratado escritório advocatício especializado em investigações corporativas e uma empresa especializada em auditoria forense.

O Comitê Especial concluiu a investigação analisando todos os dados e informações disponíveis no acervo do Banco, identificando os casos de pagamento a fornecedores mencionados na investigação policial. Resumidamente, os achados indicaram oportunidades de melhorias de controles internos, designação de alçadas, bem como lacunas na gestão de fornecedores, que impossibilitaram o pronto conhecimento dos fatos à época de sua ocorrência.

Não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras intermediárias ou divulgações em notas explicativas. O Banco continua acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão.

Após as conclusões dos trabalhos de investigação, o Comitê Especial apresentou os resultados ao assessor jurídico tributário contratado para defesa dos autos de infração e este confirmou opinião, considerando as infrações autuadas, quanto à classificação como Risco Possível e, as quais estão divulgadas na Nota 19(i)(b).

Desde o início das investigações, o Banco tem adotado uma série de medidas visando o aprimoramento dos controles internos.

(d) Resultado não operacional

Refere-se, basicamente, ao resultado não operacional de equivalência patrimonial no montante de R\$30.871, gerado em função da subscrição e integralização pelo Banco Inter na Granito, conforme nota 4.10.

(e) Eventos subsequentes

Conforme Comunicado ao Mercado no dia 20 de outubro de 2021, a CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. A O2OBOTS é uma fintech que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de software especializado em chatbots com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros.

A efetiva conclusão da operação aguarda a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

* * *

Marco Antonio Antunes
(Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores)

Paulo Augusto de Andrade
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Damiana Abreu da Silva
CRC - 1SP251315/O-1
(Contadora Responsável)

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**GUIDANCE**

Buscando melhor alinhamento com o mercado, apresentamos a projeção de resultados para o exercício de 2021 conforme abaixo.

Projeções 2021

Abaixo acompanhamento das projeções para o exercício de 2021:

	Projeções 2021	Realizado 9M21
Operacional - Milhões		
Clientes Ativos ¹	6,2 ↔ 6,8	==
Contas Digitais	5,3 ↔ 5,8	↑
Financeiro - R\$ Milhões		
Crescimento da carteira de crédito total	6% ↔ 10%	==
Margem financeira ²	3.585 ↔ 3.885	==
Custo de crédito – despesa de PDD líquida	(665) ↔ (765)	==
Custo de crédito – comissões	(780) ↔ (880)	==
Despesas não decorrentes de juros ³	(1.825) ↔ (1.925)	==
↳ Provisão operacional ⁴	(390) ↔ (460)	↑
Resultado das investidas	15 ↔ 35	↑
Alíquota efetiva de IR/CSLL ^{5 6}	-6% ↔ -16%	↑

O cenário base para cada uma das linhas é o centro da faixa. Valores com base na DRE Gerencial. O Banco mantém sua estratégia de maximizar valor com o pagamento de JCP, portanto o *payout* deve retomar para cerca de 70%. O ponto médio das projeções implicaria em uma queda de Lucro Líquido de cerca de 30% em 2021, levando-se em conta outras premissas. Essas informações não devem ser entendidas como projeção.

1. Clientes com saldo em carteira ou emissão de cartão/ compras nos últimos 12 meses. | 2. Produto bancário: Inclui receita de operações de crédito e TVM + despesas de captação e derivativos + receita de prestação de serviços | 3. Inclui despesa de pessoal + administrativa + tributária + operacional líquida | 4. Inclui provisões com ações cíveis massificado, cível estratégico, trabalhista e fiscal | 5. Metodologia de cálculo: Imposto de renda + contribuição social + ativo fiscal diferido / Resultado antes da tributação sobre o lucro + participações no lucro. | 6. Na coluna de projeções revisadas está sendo considerada uma expectativa de receita de imposto e contribuição social.

Perspectivas 2023

Ainda, visando permitir uma visão de médio prazo do Banco, passamos a apresentar as perspectivas para alguns dos indicadores para o ano de 2023.

Mantemos inalteradas todas as linhas das Perspectivas de 2023.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Operacional		
Clientes Ativos ¹ (Milhões)	> 10	Mantida
Contas Digitais (Milhões)	> 10	Mantida
Financeiro		
Crescimento da carteira de crédito total (CAGR dez/20-dez/23)	>15%	Mantida
Margem financeira após custo do crédito ² (CAGR 2021-2023)	>12,5%	Mantida
Receitas não decorrentes de juros (% da margem financeira após o custo do crédito)	aprox. 7%	Mantida
Índice de Eficiência ³ (%)	<50%	Mantida
Resultado das investidas (R\$ Milhões)	aprox. 70	Mantida
ROAE Recorrente (% a.a.)	>15%	Mantida

Valores das Perspectivas 2023 com base na DRE Gerencial.

1. Clientes com saldo em carteira ou emissão de cartão/ compras nos últimos 12 meses. | 2. margem financeira de juros após despesa de provisão líquida de recuperação e despesas de comissões de agentes + receitas de prestação de serviços | 3. Índice de eficiência: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Resultado da Intermediação financeira antes da PDD + Receitas de Prestação de Serviços + Despesas Tributárias)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco BMG S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 28(c), em 2020, em função de medida de busca e apreensão em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o Conselho de Administração do Grupo Financeiro BMG constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos, e como resultado, não foram encontrados elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer consequências futuras nas demonstrações financeiras do Banco. Nosso relatório não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira

Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas
Banco BMG S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco BMG S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Conforme mencionado na nota 28 (d) às informações trimestrais, em 2020, em função de medida de busca e apreensão em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o Conselho de Administração do Grupo Financeiro BMG constituiu um "Comitê Especial" para investigação dos fatos, e como resultado, não foram encontrados elementos corroborativos da ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional. As investigações pelas autoridades públicas federais ainda estão em andamento e no momento não há como antecipar se os resultados dessas investigações e seus respectivos desdobramentos podem, eventualmente, trazer conseqüências futuras nas demonstrações financeiras do Banco. Nosso relatório não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco BMG, após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

São Paulo, 11 de novembro de 2021

Roberto Faldini
Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira
Conselheiro

Flávio de Sousa Franco
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Diretores

Marco Antonio Antunes

Flávio Pentagna Guimarães Neto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., DECLARAM, através da presente, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., referente ao período findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Diretores

Marco Antonio Antunes

Flávio Pentagna Guimarães Neto